



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS GUARABIRA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS AFRO-BRASILEIRAS E INDÍGENAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

MARIA JEANE DE FRANÇA SILVA

**AS CONCEPÇÕES DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE
RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS E AS IMPLICAÇÕES NO ENSINO: UM
ESTUDO DE CASO NA CRECHE DE RIACHÃO DO POÇO-PB**

**GUARABIRA - PB
2021**

MARIA JEANE DE FRANÇA SILVA

**AS CONCEPÇÕES DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE
RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS E AS IMPLICAÇÕES NO ENSINO: UM
ESTUDO DE CASO NA CRECHE DE RIACHÃO DO POÇO-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Educação Étnico-Racial na Educação Infantil, da Universidade Estadual da Paraíba, Campus Guarabira, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas

Linha de Pesquisa: Religiões Afro-brasileiras e Educação Étnico-racial Infantil

**Guarabira - PB
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586c Silva, Maria Jeane de França.

As concepções de docentes na Educação Infantil sobre religiões afro-brasileiras e as implicações no ensino [manuscrito] : um estudo de caso na creche de Riachão do Poço-PB / Maria Jeane de França Silva. - 2021.

67 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Educação Étnico Racial na Educação Infantil) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades , 2021.

"Orientação : Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas , Departamento de Educação - CH."

1. Educação infantil. 2. Lei 10639/2003. 3. Religiões Afro-brasileiras. I. Título

21. ed. CDD 372.24

MARIA JEANE DE FRANÇA SILVA

**AS CONCEPÇÕES DAS DOCENTES DE EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE
RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS E AS IMPLICAÇÕES NO ENSINO: UM
ESTUDO DE CASO NA CRECHE DE RIACHÃO DO POÇO-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Coordenação do Curso de Especialização em Educação
Étnico-Racial na Educação Infantil, da Universidade
Estadual da Paraíba, Campus Guarabira, como requisito
parcial à obtenção do título de Especialista.

Aprovada em: 14/06//2021.

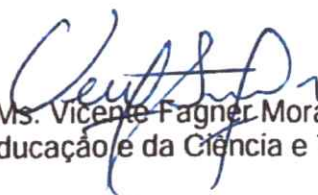
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/DH)



Prof.ª Drª Ivonildes da Silva Fonseca
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/DE)



Prof. Ms. Vicente Fagner Moraes Serafim
Secretaria da Educação e da Ciência e Tecnologia - Paraíba

Ao meu filho: pela força,
companheirismo e carinho. **Dedico.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a todos os familiares e amigos/as que me acompanharam nesse processo, em especial minha mãe e meu filho João, pelo amor incondicional;

Aos docentes do Curso de Especialização em Educação Étnico-Racial na Educação Infantil da Universidade Estadual da Paraíba pelo aprendizado e valiosas colaborações;

Aos colegas de turma pela partilha de todos os sábados, particularmente a João Fabrício, companheiro de viagem e conterrâneo, Cristina Lima e Fátima Azevedo pela amizade;

Ao meu Orientador Professor Waldeci Ferreira Chagas, pela paciência e exemplo de disciplina e humanidade;

Aos professores que compuseram a banca examinadora;

À equipe docente da Creche de Riachão do Poço, pela partilha e colaboração;

Ao meu companheiro, amigo e incentivador José Carlos da Silva Fidélis, pela parceria, apoio e afeto recíproco;

Ao Universo por me conceder saúde e forças no árduo e belo caminhar da minha existência.

RESUMO

Neste trabalho analisamos as concepções das professoras da Educação Infantil sobre as religiões afro-brasileiras e as implicações na sua prática docente desenvolvida na Creche Municipal de Riachão do Poço-PB. Como metodologia aplicou-se um questionário semiestruturado a seis professoras que receberam via e-mail, responderam e retornaram. Além do questionário analisamos algumas fontes oficiais produzidas pelo Ministério da Educação, a exemplo das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, O Plano Nacional de Aplicação de tais diretrizes, entre outros. Para fundamentar a análise e discussão dos dados dialogamos com alguns pesquisadores e pesquisadoras, entre eles e elas Carvalho e Silva (2018), Mota (2016) e Gomes (2008). A análise dos questionários apontou a necessidade de as professoras aprofundarem conhecimento sobre religiões afro-brasileiras, uma vez que o preconceito religioso é recorrente entre elas, o que decorre de elas nas suas práticas quando o assunto é religião colocarem em evidência a sua concepção religiosa. Concluímos que é necessária a gestão da rede municipal de ensino de Riachão do Poço-PB possibilitar aos docentes, mas, sobretudo, às professoras que lidam com educação infantil na creche, formação continuada e apoio pedagógico, de modo que possam trabalhar, conforme as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais e a Lei 10.639/2003. Assim compreenderão que os conteúdos sobre religião não devem ser limitados à sua concepção religiosa, mas contemplar a diversidade existente no Brasil e na comunidade onde escola e estudantes estão inseridos.

Palavras-chave: Educação Infantil, Lei 10.639/2003, Religiões Afro-brasileiras.

ABSTRACT

In this work, we analyze the conceptions of Kindergarten teachers about Afro-Brazilian religions and the implications in their teaching practice developed in the Municipal Nursery of Riachão do Poço-PB. As a methodology, a semi-structured questionnaire was applied to six teachers who received it via e-mail, responded and returned. In addition to the questionnaire, we analyzed some official sources produced by the Ministry of Education, such as the National Curriculum Guidelines for the Education of Ethnic-Racial Relations and the Teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture, The National Plan for the Application of such guidelines, among others. To support the analysis and discussion of the data, we dialogued with some researchers, including Carvalho and Silva (2018), Mota (2016) and Gomes (2008). The analysis of the questionnaires pointed out the need for teachers to deepen their knowledge about Afro-Brazilian religions, since religious prejudice is recurrent among them, which results from the fact that, in their practices when the subject is religion, they put their religious conception in evidence. We conclude that it is necessary to manage the municipal education network of Riachão do Poço-PB to enable teachers, but above all, teachers who deal with early childhood education in daycare, continuing education and pedagogical support, so that they can work according to the guidelines of the National Curriculum Guidelines and Law 10.639/2003. Thus, they will understand that the contents about religion should not be limited to their religious conception, but contemplate the diversity that exists in Brazil and in the community where the school and students are inserted.

Keywords: Early Childhood Education, Law 10.639/2003, Afro-Brazilian Religions.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Números de matrículas na Creche de Riachão do Poço-PB

Quadro 2: Quadro de Professoras da Creche de Riachão do Poço-PB

Quadro 3: Questionário e respostas das Professoras

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. CONCEPÇÕES DE RELIGIÃO E RELIGIOSIDADE.....	13
2.1. Concepção de ensino religioso na Educação Infantil.....	15
2.2. Sobre as concepções das religiões afro-brasileiras no espaço da Creche Municipal de Riachão do Poço.....	18
3. PRÁTICAS DE ENSINO SOBRE RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NO CONTEXTO DA CRECHE MUNICIPAL.....	20
3.1. Formação inicial dos professores e suas concepções sobre religiões afro-brasileiras.....	25
3.2. Concepções religiosas: implicações na prática docente.....	31
4. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	35
4.1. Breve contextualização da Creche Municipal.....	36
4.2. Sujeitos participantes, resultados e análise da pesquisa.....	37
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
6. REFERÊNCIAS.....	47
ANEXOS	

1.INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico tem como propósito inicial analisar as concepções das professoras de educação infantil sobre religiões afro-brasileiras e as implicações no ensino: um estudo de caso na Creche de Riachão do Poço-PB.

Enquanto Supervisora Escolar e professora da Educação Básica, ao observar a prática pedagógica na educação infantil na Creche contata-se a necessidade de pesquisar sobre as concepções das professoras em relação às religiões afro-brasileiras e as implicações nas suas práticas pedagógicas.

O interesse pelo tema surgiu mediante às observações realizadas nas constantes visitas à Creche e acompanhamento das práticas docentes, pelo fato de essa instituição ser local onde se encontram uma diversidade de pessoas, etnias, saberes e culturas tal realidade instigou levantar alguns questionamentos acerca do trabalho pedagógico realizado sobre religiões afro-brasileiras.

Em visitas regulares feitas à Creche campo da pesquisa nos períodos antecedentes à Pandemia/COVID-19 percebeu-se a não efetivação satisfatória dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana, conforme determina a Lei 10.639/2003.

Dessa forma, entendemos ser necessário aprofundar nosso conhecimento acerca da realidade da implementação dos conteúdos demandados pela lei 10.639/2003, e assim analisar a concepção das professoras acerca das religiões afro-brasileiras. Quais os empecilhos ou dificuldades enfrentadas pelas professoras que impossibilitam a implementação da Lei 10.639/2003 no âmbito da educação infantil na Creche?

As religiões afro-brasileiras precisam ser compreendidas como integrantes da cultura brasileira em sua multiplicidade, neste caso, abordar a prática docente e a relação com essas experiências ou manifestações religiosas é uma oportunidade de identificar se estes nas suas práticas efetivam os princípios, diretrizes e operacionalização da Lei 10.639/2003.

Compreende-se que a comunidade é um ambiente rico em conhecimento popular e está inserida num contexto histórico, social, geográfico e político que precisa ser contextualizado na escola, ou seja, trazer para a sala de aula o conhecimento local. Saliencia-se ainda que o povo deve ser educado com base na

sua realidade local e tem o direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à valorização de sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

Diante disso, surgiu o principal questionamento pertinente ao tema da pesquisa: Quais as concepções das professoras sobre as religiões afro-brasileiras? Em que sentido a formação das professoras colabora com suas posturas sobre as religiões afro-brasileiras? A partir disso ou dessas inquietações percebe-se a necessidade de investigar a postura pedagógica das docentes, observando se as mesmas estão voltadas para uma educação antirracista, que não separa o homem da sua cultura e tradições.

Assim, justifica-se a necessidade de pesquisar essas questões, no intuito de discutir as práticas educativas que ocorrem na Creche e como as concepções sobre as religiões afro-brasileiras interferem na contextualização ou exclusão desse tema no trabalho das professoras.

Para melhor compreensão o trabalho o estruturou-se em três capítulos que se interligam: Concepções de religião e religiosidade, práticas de ensino sobre religiões afro-brasileiras no contexto da creche municipal, metodologia e análise dos resultados da pesquisa.

Ao longo das discussões aborda-se concepção de ensino religioso na educação infantil, religiões afro-brasileiras e a Lei 10.639/2003, as concepções sobre religiões afro-brasileira no espaço da Creche, Formação Inicial Docente e suas concepções sobre religiões afro-brasileiras, concepções religiosas: implicações na prática pedagógica da Creche Municipal.

Dessa forma, o objetivo é contribuir para o avanço das discussões acerca de um tema que precisa ser mais debatido, enfatizado e implementado no currículo escolar no que tange ao assunto história e cultura afro-brasileira e africana, especificamente, às religiões afro-brasileiras no contexto da educação infantil.

Assim sendo, a pesquisa parte das minhas próprias inquietações e angústias percebidas. Então foram analisadas as dificuldades docentes em implementar conteúdos sobre cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar e nos seus planos de trabalho, sobretudo especificamente, suas as concepções sobre religiões afro-brasileiras e suas implicações nas práticas com seus alunos.

Para a realização da pesquisa aplicou-se questionários aos 06 docentes os quais subsidiaram as conclusões do trabalho. Antes de responderem ao questionário houve cerca uma reunião virtual através da Plataforma Google Meet, conforme código da sala meet.google.com/ycr-mxxr-bmu. Além dos docentes participaram da reunião e da pesquisa a gestora e a coordenadora escolar. Entende-se ser importante o diálogo com as colaboradoras, visto a pesquisa ser participante, o que para Minayo (2009) se fundamenta “na necessidade que todo pesquisador social tem de relativizar o espaço social de onde provém, aprendendo a se colocar no lugar do outro” (MINAYO, 2009, p.70). Inclusive porque não é necessário apenas conhecer o problema. Segundo Brandão (1999), Há necessidade da participação das partes da pesquisa como investigador e estudioso e não como mero objeto.

1. CONCEPÇÕES DE RELIGIÃO E RELIGIOSIDADE

Religião ou religiosidade é uma discussão recorrente na existência humana, portanto, perpassam todas as épocas históricas e civilizações. Segundo Soares (2019): “a religião é uma forma de manifestação de uma determinada cultura, que acompanha suas características e o formato de cada civilização” (SOARES, 2019, p.17).

Encontramos algumas definições de religião em nossas pesquisas, assim, Silva (2004) nos apresenta uma definição abrangente do que é religião.

A definição mais aceita pelos estudiosos, para efeitos de organização e análise, tem sido a seguinte: religião é um sistema comum de crenças e práticas relativas a seres sobre-humanos dentro de universos históricos e culturais específicos. Aqui, é necessário fazer duas observações: de um lado, é importante ressaltar que, nas línguas de outras civilizações e culturas distintas do Ocidente pós-clássico, não existe um termo para designar “religião” (no caso da tradição hindu, por exemplo); de outro, que todas as culturas conhecidas possuem manifestações que costumamos chamar de “religião”. Isto significa pressupor que pode existir uma religião sem essa conceituação, ou que o nosso conceito de “religião” é válido para determinados conjuntos de fenômenos nas culturas onde aparecem, mas não se distinguem como “religiosos” no interior de outros universos histórico-culturais. Assim, o conceito de “religião” deve levar em conta a variedade dos fenômenos que costumamos chamar de “religiosos” (SILVA, 2004, p.4).

Parte-se de tal conceito, podendo perceber que o termo religião está ligado às crenças, práticas, história e cultura das civilizações relativas a seres “sobre-humanos”, porém, esse autor ressalta que essa não é uma definição fechada ou limitada, haja vista que não exaure o conceito, logo, não é universal. No entanto, é uma definição cabível ao nosso contexto de pesquisa, tendo em vista a complexidade e pluralidade das religiões existentes em nosso meio e com as quais precisamos conviver e respeitar. Considerando que vivemos em um mundo diverso e multicultural convivemos com uma diversidade de religiões e concepções religiosas, as quais, muitas vezes, se confundem com as definições de religião e religiosidade. Sobre religião Silva (2004) ainda diz que:

Religiões, religiosidades, experiências religiosas se expressam em linguagem e formas simbólicas. Saber o que foi experimentado, vivido e como isso pode ser compreendido exige a capacidade de identificar coisas, pessoas, acontecimentos, através da nomeação, descrição e interpretação, envolvendo conceitos apropriados e linguagem. Atualmente, os estudos sobre religião e religiosidade valorizam os fenômenos religiosos de forma diversificada. Há o reconhecimento de que as questões religiosas permeiam a vida cotidiana como religiosidade

popular, sob formas de espiritualidade que fornecem elementos para construção de identidades, de memórias coletivas, de experiências místicas e correntes culturais e intelectuais que não se restringem ao domínio das igrejas organizadas e institucionais (SILVA, 2004, p.5).

Dessa forma, lidamos com inúmeras concepções de religiões, crenças e modos de vivê-las. Portanto, a escola está inserida nesse contexto e é formada por diferentes pessoas, conseqüentemente religiões e concepções diversas. Nesse contexto, poderemos refletir como as concepções de cada um, em especial a concepção docente pode interferir na sua prática pedagógica quando o assunto em sala de aula for religião e religiosidade.

A formação docente e a ética profissional poderiam colaborar para que as concepções pessoais não interferissem no trabalho docente, porém, muitas vezes replica-se o “como se aprendeu” em nossas salas de aula, principalmente no que diz respeito à religiosidade.

Ao longo dos estudos compreende-se que religião é um segmento ou crença a uma divindade na qual o indivíduo crê e cultua, sendo que religiosidade seria a relação que este sujeito tem com essa crença. Desse modo, pode-se entender como essa relação e crença poderão influenciar nas concepções e práticas profissionais.

Mediante as definições e conceitos acerca de religião e sendo a escola um lugar de diversidade e múltiplos saberes, torna-se inquestionável a discussão de tal tema no currículo escolar desde a infância, pois, religião também é uma identidade cultural que precisa ser conhecida, estudada e respeitada por todos.

Para Pereira (2007) “a configuração dos currículos escolares, tanto quanto a da escola, não se desvincula da compreensão dos fenômenos culturais” (PEREIRA, 2007, p.19). Acerca dessa questão Rodrigues (1983 apud Gomes 2003) acrescenta que: “a cultura é como um mapa que orienta o comportamento dos indivíduos em sua vida social” (RODRIGUES, 1983, p.11 apud GOMES, 2003, p.76).

Portanto, religião e religiosidade são elementos culturais importantes que precisam ser abordados no âmbito dos currículos escolares, como também devem perpassar as concepções individuais e pessoais docentes, assim como a visão da própria escola.

2.1. Concepção de Ensino Religioso na Educação Infantil

A disciplina de Ensino Religioso não está contemplada na Grade Curricular da Educação Infantil, porém, percebe-se na rotina das salas de aula o tema religiosidade como uma das primeiras tarefas do dia.

Observa-se na decoração de algumas salas de Educação Infantil que um dos principais cartazes é o da “Rotina”, o qual, muitas vezes começa com “oração” seguida de “música” de acolhimento. Dessa forma, na trajetória docente, por vezes percebe-se a professora iniciando sua aula com a oração do “Pai-nosso” seguido de “Ave-Maria” e cantando músicas de cunho religioso como “mãezinha do céu”. Estas são exemplos de algumas experiências práticas que vivenciadas como aluna na vida escolar e, ainda hoje, percebidas na Educação Infantil.

Em determinadas situações o docente acaba trabalhando a Disciplina de Ensino Religioso e reflete em sala de aula a sua prática religiosa pessoal, o que, na maioria, vem da tradição familiar cristã. Portanto viola uma série de legislação, além de atacar a diversidade cultural e religiosa existente no contexto escolar e da comunidade onde a escola está inserida.

De acordo com Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, artigo 33 sobre o ensino religioso na escola, diz que:

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (LDB 9394/96, art.33).

A LDB é clara quanto ao discente participar ou não das aulas de Ensino Religioso, porém, assegura o respeito à diversidade religiosa brasileira, o que significa dizer que a professora no ensino da disciplina deverá ser impessoal quanto a deixar transparecer, manifestar ou pregar sua própria religião.

É importante ressaltar que a pessoa na família pratica certos atos culturais, tais como crença, histórias de vidas e tradições, e dentre outras coisas. Há a religião ou segmento religioso no qual o sujeito foi educado ou participou em algum momento da sua vida. Ou seja, até o ateu tem uma crença: ele não

acredita no Deus Cristão e pode não cultuar deus algum, mas, não significa que este sujeito não tenha suas origens culturais ou ancestralidades religiosas.

Por isso, a religião é inerente à cultura e às raízes de um povo e, de acordo com a LDB, é importante para a formação básica do cidadão. Sendo assim, pode-se compreendê-la como base da sua formação como pessoa. Portanto, cada um tem suas concepções, crenças, dogmas e regras, as quais, não devem ser impostas ou replicadas pela escola através da prática docente.

Ainda sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Disciplina de Ensino Religioso na escola enfatizamos duas afirmativas importantes: 1) disciplina como parte integrante da formação do cidadão; 2) disciplina que assegura o respeito à diversidade cultural e religiosa brasileira. Com base nessa Lei, a diversidade religiosa deve ser enfatizada, e todo o tipo de tentativa de desqualificação de tradições religiosas ou de propaganda religiosa é impraticável no espaço escolar. Pois, a Lei claramente proíbe qualquer forma de proselitismo. Estas afirmativas estão em consonância com as Leis nº 10.639 de 2003 (BRASIL, 2003) e 11.645 de 2008 (BRASIL, 2008) que incluem no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Portanto, diante de tais afirmativas legais, podemos questionar algumas práticas docentes com o Ensino Religioso, como a representação estreita do Ensino Religioso como aula de boas maneiras, aula de história das religiões, uma espécie de catequese cristã ou aula de ensino de valores. Nenhuma das concepções responde ao sentido e significado da disciplina Ensino Religioso, haja vista sua função ampla e diversa na formação do cidadão deve respeitar suas origens e vivências. Para Junqueira (2016).

O respeito à diversidade cultural no Brasil e a eliminação de doutrinação em sala de aula, tônicas legais da disciplina, urge que estes aspectos venham a compor de forma maciça os encaminhamentos das aulas [...] (JUNQUEIRA, 2016, p.100).

Neste sentido, analisa-se a importância de avaliar a prática docente sobre religiões em sala de aula; concepções, convicções pessoais e religiosas podem influenciar os conteúdos de Ensino Religioso estudados.

- h) Instituir nas Secretarias Municipais de Educação equipes técnicas permanentes para os assuntos relacionados à diversidade, incluindo a Educação das Relações Étnico-raciais, dotadas de condições institucionais e recursos orçamentários para o atendimento das recomendações propostas neste Plano;
- i) Participar dos Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-raciais. (BRASIL/MEC, 2013, p.32).

Dessa forma, instiga os Sistemas Municipais de Ensino a reconhecer e valorizar as diversidades de saberes da Cultura Afro-brasileira e Africana no ambiente escolar como política educacional para todos.

No entanto, ao refletirmos sobre a função do professor no contexto atual da escola pública, nos deparamos com uma série de dificuldades diante de uma sociedade em frequente transformação, sejam tecnológicas ou ideológicas, o que requer da professora constante atualização de forma a executar uma prática de acordo com as legislações vigentes e demandas sociais à sua volta.

Trabalhar na perspectiva da lei 10.639/2003 torna-se mais difícil para as professoras, tendo em vista a historicidade brasileira de colonialismo europeu e escravidão negra, como afirmam Carvalho e Silva (2018):

Infelizmente, existe uma dificuldade histórica de lidar com a temática étnico-racial no Brasil, principalmente devido ao desconhecimento e desvalorização das culturas indígenas e afro-brasileiras, aliada à formação de uma concepção de nação homogênea, sem diferenças raciais. Na educação brasileira, a ausência de um trabalho sistemático sobre a diversidade cultural no planejamento escolar tem impedido a promoção de relações interpessoais respeitáveis e igualitárias entre os agentes sociais que integram o cotidiano da escola. Esse problema tem se mostrado comum no ambiente escolar. Em razão de perspectivas deturpadas por motivos religiosos, repertórios das culturas populares ligados às religiões afro-brasileiras têm encontrado resistências de pais, profissionais e até alunos/as. O mito da democracia racial ainda predomina em muitos discursos, além do preconceito institucionalizado e da intolerância religiosa, criando entraves e dificuldades para o conhecimento sobre as religiões de afro-brasileiras e o respeito à alteridade (CARVALHO E SILVA, 2018, p.58).

No discurso dos autores, pode-se compreender alguns motivos pelos quais dezoito anos se passaram desde a assinatura da Lei 10.639/2003 e ainda há uma grande deficiência na creche/escola pública campo da nossa pesquisa na implementação efetiva dessa legislação no currículo. Compreendemos que a dificuldade em lidar com assuntos ligados às religiões afro-brasileiras não é apenas das professoras da creche onde pesquisamos, mas, envolve também

outros agentes sociais, como o discente e sua família, devido aos inúmeros estereótipos que marcam a cultura afro-brasileira ao longo da história.

Por isso, cabe investigar e discutir as dificuldades da prática docente em tratar de um assunto que diz respeito ao povo brasileiro, ou seja, faz parte da nossa história e cultura, algo que aparentemente nos é natural, pois o que nos caracteriza é a pluralidade étnico-racial. De acordo com Araújo (2018):

O não cumprimento dessa lei corrobora a história da África não contada no Brasil, que faz com que não tenhamos referências negras nas ciências; nas artes; na política e em tantas outras áreas do conhecimento registradas nos livros didáticos utilizados nas escolas de ensino fundamental e médio. A dificuldade também se encontra no campo de formação da maioria dos educadores, que não reconhecem a importância da história e da cultura africana para a compreensão da verdadeira história do Brasil. A ausência de referências da história não contada sobre os negros mostra um país que entende que o negro só nasceu a partir da época da escravatura... (ARAÚJO, 2018, p.2).

Portanto, a escola tem papel social e político imprescindível na sociedade, o de ensinar sobre a história, cultura e tradições afro-brasileiras e assim enfrentar as questões do racismo e preconceito religioso contra manifestações religiosas afro-brasileiras e todo o seu legado. Para que isso se efetive na sala de aula, conforme orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, é necessário que os conteúdos relacionados às religiões afro-brasileiras façam parte da formação inicial e continuada das professoras e o currículo escolar esteja em consonância com tais orientações.

3.1. Formação Inicial das Professoras e suas Concepções sobre Religiões Afro-brasileiras

Sabe-se que as formações iniciais docentes ainda precisam melhorar com relação aos estudos e práticas relativas aos conteúdos demandados pela Lei 10.639/2003. Para Carvalho e Silva (2018):

O ensino de história e cultura afro-brasileira e africana impõe um desafio à escola enquanto instituição e as professoras como sujeitos que se veem diante de um processo que lhes obriga a repensar a visão de mundo a partir da qual construíram suas práticas (CARVALHO e SILVA, 2018, p. 58).

Segundo Bakke (2011) a Lei 10.639/2003 em vigor trouxe a necessidade de se formar nas licenciaturas e cursos de Pedagogia, profissionais aptos a lidarem com o ensino da história da África, cultura afro-brasileira e relações étnico-raciais. Porém, na realidade das práticas escolares não observa-se efetivamente o alcance dos reais objetivos dessa lei, conforme afirmam Carvalho e Silva (2018).

“Todavia, apesar de já existirem desde o início da primeira década do século XXI, as leis que tratam da inclusão de conteúdos sobre as culturas africanas e afro-brasileiras incorporadas à LDB ainda não foram integralmente assimiladas no sistema educacional (CARVALHO e SILVA, 2018, p.58).

Pois, grande parte dos docentes tem formação educacional e profissional eurocêntrica cujo predomínio é da perspectiva cristã, portanto, uma compreensão ocidental de religião e cultura herdada dos colonizadores europeus, os quais usaram da doutrinação jesuítica para “domesticar” os nativos e também os escravizados. Assim, esse fator torna mais difícil a relação docente com assuntos ligados à religiosidade e cultos relacionados à cultura afrodescendente nas salas de aula. Esse tipo de comportamento, conseqüentemente, estimulou o desenvolvimento de uma sociedade altamente racista e preconceituosa. Segundo Carvalho e Silva (2018):

“Na sociedade brasileira, as desigualdades de gênero, classe, “raça” e etnia originaram-se de uma cultura influenciada por uma visão eurocêntrica correspondente à dimensão simbólica e a relações complexas de poder. Tendo uma sociedade constituída pela pluralidade étnica, o Estado brasileiro forjou a construção de uma identidade nacional baseada em uma perspectiva monocultural e no mito da democracia racial (CARVALHO e SILVA, 2018, p.53).

Para estes autores a construção da identidade nacional baseada na monocultura é totalmente forjada e a democracia racial não existe. Dessa forma, mediante a realidade racista percebida na sociedade brasileira, pode-se concordar com a fala desses autores acrescentando ainda que os docentes parecem se sentir impotentes diante de tais fatos ou até mesmo acomodados com tais verdades, muitas vezes, refletidas nos livros didáticos e nas práticas em sala de aula.

O tipo de tratamento e a invisibilidade das religiões afro-brasileiras na escola estão relacionados à história da política escravagista no Brasil capturado nas comunidades africanas e comercializado no Brasil como mercadoria foi rotulado por suas características físicas e expressões étnicas taxado de inferior e incivilizado tendo sua história e práticas culturais negadas, e no pós-abolição discriminadas negativamente, pois, não foi reconhecido como cidadão brasileiro.

De acordo com Carvalho e Silva (2018), as religiões afro-brasileiras passaram a ser vistas como diferentes para não falar demoníacas (conceito cristão de mal e ruim) ou excluídas dos parâmetros do que seria religião. Assim sendo, a escola é espaço privilegiado, pois possibilita aos estudantes o conhecimento sobre essas religiões e desconstrói paradigmas acerca de tais manifestações religiosas.

Para Mota (2016) muitas das representações arraigadas no imaginário social brasileiro são responsáveis por manter em circulação discursos e práticas depreciativas referentes às religiões afro-brasileiras. Nessa perspectiva é pertinente observar os discursos e perceber como se dá a prática de professoras com relação à religiosidade, tradições, e crenças afro-brasileiras.

O imaginário social brasileiro abriga receios e inquietações quando o assunto é religião afro-brasileira. O espaço da educação formal não está alheio a isso. Muitas vezes mal interpretada devido ao exotismo ritualístico e mesmo devido a aspectos culturais de nossa formação fortemente influenciada por uma moral religiosa judaico-cristã, é perceptível a dificuldade que professores [...], em geral, têm em tratar do tema. Considerando a importância que a religião representou e ainda representa para a preservação de inúmeros aspectos da cultura afrodescendente, compreendemos que é fundamental que a temática seja abordada na educação formal com a profundidade, coerência e respeito à sua importância (MOTA, 2016, p.465).

Na escola a tendência dos docentes é ensinar da forma como aprenderam, ou seja, reproduzir conteúdos, metodologias e até comportamentos de seus professores, os quais não deixam de ser os comportamentos e interpretação da realidade na qual estiveram inseridos.

Compreende-se então que a formação inicial e continuada docente baseada na perspectiva étnico-racial é um dos melhores meios de romper com esse ciclo de concepções estereotipadas da cultura afrodescendente, em especial, das religiões afro-brasileiras.

Nesta perspectiva, políticas educacionais e programas de formação inicial e continuada antirracistas deveriam ser prioritários e frequentes, além de proporcionar o reconhecimento da diversidade cultural na instituição escolar possibilitando as professoras reflexão crítica sobre a diversidade cultural que caracteriza o país. Para Carvalho e Silva (2018):

As representações podem ser constituídas de maneira estereotipadas, produzindo estigmas em relação a pessoas e determinadas grupos sociais. No Brasil, representações estereotipadas são associadas às culturas afro-brasileiras e indígenas. Tal aspecto pode ser observado tanto nos livros didáticos quanto no cotidiano da escola (CARVALHO E SILVA, 2018, p. 54).

Dessa forma, torna-se necessária analisar as concepções e práticas docentes relacionadas às temáticas étnico-raciais, principalmente às religiões afro-brasileiras, de modo que professoras na escola reflitam sobre o verdadeiro papel dessa instituição como espaço democrático e emancipador. Para Godoy (2017) a formação inicial de professoras corrobora de forma significativa com essa questão, pois:

É importante destacar a necessidade de que as Instituições de Ensino Superior (IES) implementem e ampliem a discussão da temática étnico-racial nos currículos de formação inicial do professor, articulando-a com o contexto educativo. Tal necessidade está ancorada no Plano Nacional de Implementação das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, o qual tem como um dos principais objetivos fortalecer o papel promotor e indutor do MEC com relação à efetiva implementação daquelas diretrizes em todo o país (GODOY, 2017, p.79).

A formação inicial docente, assim como, a formação continuada na perspectiva das relações étnico-raciais são capazes de possibilitar o trabalho na sala de aula com a história e cultura afro-brasileira e africana, tal como enfatiza o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em especial na Educação Infantil:

O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de

qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, fazendo com que as crianças, desde muito pequenas, compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico-raciais para a história e a cultura brasileira (BRASIL/MEC, 2013, p.49)

Para tanto, a formação da professora da Educação Infantil deve ser pautada no que rege a legislação, porém, nem sempre isso ocorre devido falha no sistema de ensino e às lacunas deixadas na formação inicial, haja vista a ausência de políticas públicas de formação continuada para professor com vistas a implementação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, conforme prescreve a Lei 10.639/2003.

De acordo com o Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI, 1998, vol. 1, p.39) embora não existam informações abrangentes sobre os profissionais que atuam diretamente com as crianças nas creches e pré-escolas do país, vários estudos têm mostrado que muitos destes profissionais ainda não têm formação adequada para tal modalidade.

Numa perspectiva histórica da formação de docente de Educação Infantil no Brasil, Flor e Durlí (2012) afirmam que:

A definição da formação das professoras de educação infantil relaciona-se a um conjunto de mediações sociais que incidem no campo da assistência educacional e da educação de crianças de 0 a 6 anos. Estas mediações repercutem na formação dessas profissionais, demonstrando que a constituição dessa formação responde à expressão da complexidade das relações e determinações próprias da história da educação da criança de 0 a 6 anos neste país (FLÔR e DURLI, 2012 p.18).

Dessa forma, a princípio, a formação docente para a educação infantil estava pautada num trabalho de assistencialismo social, e enfatizava o cuidar e o educar, fato que ainda hoje repercutem resquícios na prática escolar dessas unidades de ensino.

Porém, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, segundo Flor e Durlí (2012) trouxeram às instituições formadoras docentes algumas exigências, assim como aos próprios docentes e instituições de ensino infantil:

Com a exigência da formação superior para todas as professoras que trabalham com crianças de 0 a 6 anos, instalou-se o desafio, às esferas

governamentais, de disponibilizarem o nível de formação necessário para que obtenham a formação exigida pela legislação para exercer a função. O desafio se coloca na medida em que a oferta de Educação Infantil, além de ser expressiva, é organizada de forma precária, com vários órgãos oficiais atuando paralelamente, sobretudo com funções assistenciais que levam as crianças, de diferentes classes sociais, a percursos escolares distintos (FLÔR e DURLI 2012, p.27).

Portanto, mediante tal contexto histórico, observa-se ainda alguns desafios a serem superados na formação inicial de professoras da educação infantil nas universidades e até bem pouco tempo, nas instituições de nível médio. Para superá-los a LDB é um marco importante no campo educacional, na ótica de alguns estudiosos, sobretudo, porque instaurou um conjunto de reformas que desde o final da década de 1990 vêm sendo implantadas, mobilizando vários setores educacionais, de modo mais específico, a formação dos profissionais da educação básica. No entanto, a lei por si só não garante que estes profissionais estejam aptos e preparados para o trabalho relacionado às religiões afro-brasileiras. Para Cabral (2005), com a obrigatoriedade da formação docente em nível superior mediante ordenamento da LDB:

O que pode ser observado é que poucos cursos destinados à formação docente têm procurado contemplar os princípios e pressupostos capazes de garantir uma formação de qualidade. Além disso, os novos ordenamentos legais para a formação docente conduzem: à priorização da formação em serviço, em detrimento da formação inicial; também leva ao aligeiramento do ensino, com a precarização da base teórica-conceitual, e o favorecimento de uma capacitação pragmática e pontual (CABRAL, 2005, p.121).

No entanto, a formação em nível superior não significa dizer que docentes estejam qualificados para lidar com todo o contexto que demanda a sua função. Portanto, a importância de formações, estudos e pesquisas específicos como é o caso da história e cultura afro-brasileira, nesse caso, as religiões.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana acrescentam que:

Um destaque especial deve ser dado aos professores que atuam na educação infantil, pois devem desenvolver atividades que possibilitem e favoreçam as relações entre as crianças na sua diversidade (BRASIL/MEC, 2013, p.49).

De acordo com esse documento as principais ações para a Educação Infantil são:

- a) Ampliar o acesso e o atendimento seguindo critérios de qualidade em EI, possibilitando maior inclusão das crianças afrodescendentes.
- b) Assegurar formação inicial e continuada aos professores e profissionais desse nível de ensino para a incorporação dos conteúdos da cultura Afro-brasileira e indígena e o desenvolvimento de uma educação para as relações étnico-raciais.
- c) Explicitar nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil a importância da implementação de práticas que valorizem a diversidade étnica, religiosa, de gênero e de pessoas com deficiências pelas redes de ensino.
- d) Implementar nos Programas Nacionais do Livro Didático e Programa Nacional Biblioteca na Escola ações voltadas para as instituições de educação infantil, incluindo livros que possibilitem aos sistemas de ensino trabalhar com referenciais de diferentes culturas, especialmente as negra e indígena.
- e) Implementar ações de pesquisa, desenvolvimento e aquisição de materiais didático pedagógicos que respeitem e promovam a diversidade, tais como: brinquedos, jogos, especialmente bonecas/os com diferentes características étnico-raciais, de gênero e portadoras de deficiência.
- f) Desenvolver ações articuladas junto ao INEP, IBGE e IPEA para produção de dados relacionados à situação da criança de 0 a 5 anos no que tange à diversidade e garantir o aperfeiçoamento na coleta de dados do INEP, na perspectiva de melhorar a visualização do cenário e a compreensão da situação da criança afrodescendente na educação infantil.
- g) Garantir apoio técnico aos municípios para que implementem ações ou políticas de promoção da igualdade racial na educação infantil. (BRASIL/MEC, 2013, pp. 49-50)

Com relação às ações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, diante da realidade posta das escolas públicas percebe-se que os critérios de qualidade em relação à educação infantil estão um pouco distantes das metas elencadas no documento, assim como a incorporação dos conteúdos e práticas docentes que valorizem a diversidade étnica, cultural, religiosa, enfim, a pluralidade de diferenças ainda é algo pontual e disperso na escola. São ações que precisam de um olhar mais cuidadoso, crítico e politizado dos gestores e secretários de educação em busca de medidas que proporcionem a docentes e discentes o alcance de tais metas.

3.2. Concepções Religiosas: implicações na prática docente

O Brasil é uma nação que foi colonizada e, conseqüentemente, catequizada pelos europeus na perspectiva cristã ocidental. Por isso, grande

parcela da população brasileira se autodenomina cristã católica de acordo com dados do censo do IBGE em 2010 cerca de 86,8 %. Assim, observa-se explicitamente no cotidiano brasileiro o racismo e o preconceito em relação às religiões afro-brasileiras.

As concepções religiosas dos docentes, objetos desta pesquisa, estão ligadas ao cristianismo, seus dogmas, regras e crenças. Haja vista que, dentre as atividades e planos de aula rotineiros há momentos para orações, músicas e comemorações com cunho religioso cristão, como, por exemplo, a Páscoa. Observa-se ainda que datas comemorativas afrodescendentes não são tratadas com a mesma atenção ou enfatizadas com tanta importância nem mesmo a instruída por lei a qual reza no Art. 79-B. “O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra’”. Alguns discursos docentes deixam implícitos os estereótipos para com a cultura afro-brasileira, embora, tentem usar “frases feitas” e palavras bonitas, entre uma ação e outra verifica-se a rejeição da cultura afrodescendente.

Essa realidade reverbera na sala de aula, sobretudo, no modo “como ensinar e lidar com o ensino das religiões na escola.” Dificilmente, na prática social ou profissional, o docente não expressa explicitamente sua verdadeira identidade, a qual está carregada da sua experiência cultural e concepções de vida e mundo. Para Lima (2007):

O conceito de identidades afrodescendentes traz não somente a problemática da existência ou inexistência de uma ou várias identidades particulares, mas também a problemática do significado político dela [...] falar sobre a historicidade, as afinidades culturais e a multiplicidade identitária cuja expressão brota da relação com o outro, no contexto das africanidades (LIMA, 2007, p.46).

Tal realidade resulta da não formação docente para lidar na escola com as identidades existentes na sociedade brasileira e que por sua vez estão presentes na escola. Isso exige estudos, intervenções e planejamento curricular, de modo a possibilitar que docentes rompam paradigmas relacionados às questões étnicas e religiosas, o que lhes possibilitará lidar na escola com a diversidade cultural. Pois,

[...] a relação entre currículo e diversidade é muito mais complexa. O discurso, a compreensão e o trato pedagógico da diversidade vão muito

além da visão romântica do elogio à diferença ou da visão negativa que advoga que ao falarmos sobre a diversidade corremos o risco de discriminar os ditos diferentes. Que concepções de diversidade permeiam as nossas práticas, os nossos currículos, a nossa relação com os alunos e suas famílias e as nossas relações profissionais? Como enxergamos a diversidade enquanto cidadãos e cidadãs nas nossas práticas cotidianas? (GOMES, 2008, p. 19).

Os questionamentos feitos pela autora são pertinentes haja vista que possibilita a reflexão sobre quais conceitos oriundos da convicção docente recaem sobre o currículo, exemplo, diversidade, cultura e religião afro-brasileira e quais práticas desenvolvem nas salas de aula .

Dessa forma é necessário refletir até que ponto a formação religiosa do professor interfere nas suas práticas pedagógicas em sala de aula? Até que ponto a ação do professor contribui para inclusão ou exclusão dos “estudantes diferentes?”

Nesse sentido, enxergamos a necessidade de uma nova postura pedagógica de professores na escola, de modo que construam o currículo na perspectiva multicultural, conforme afirmam Moreira e Candau (2008):

Elaborar currículos culturalmente orientados demanda uma nova postura, por parte da comunidade escolar, de abertura às distintas manifestações culturais. Faz-se indispensável superar o “daltonismo cultural”, ainda bastante presente nas escolas. O professor “daltônico cultural” é aquele que não valoriza o “arco-íris de culturas” que encontra nas salas de aulas e com que precisa trabalhar, não tirando, portanto, proveito da riqueza que marca esse panorama (MOREIRA e CANDAU, 2008, p.31).

Nessa perspectiva torna-se importante o professor aprofundar seus conhecimentos teóricos e suas vivências pedagógicas se colocando no lugar do aluno, ou em situações onde possa analisar suas próprias ações e reações frente à pluralidade e diversidade cultural existente na escola e a relação com a historicidade do Brasil, evidenciando assim que a aprendizagem sobre as religiões afro-brasileiras implica na descoberta do que há em si, conhecer suas origens e culturas.

Nesse sentido, professores devem direcionar suas práticas pedagógicas relacionadas ao ensino das religiões afro-brasileiras, de modo que tenha como embasamento os princípios norteadores presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de

História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, para assim, poder desconstruir a imagem sobre essas religiões impostas pelo sistema educacional, ou seja, a crença de que as religiões que não são cristãs são religiões “demoníacas” na concepção cristã. Professores/as devem agir na escola no sentido de combater o preconceito religioso. Pois, para Silva (2004):

Conhecer o lugar onde estamos e onde os outros estão em relação à fé e às crenças leva-nos a desenvolver um sentido de proporção no amplo campo das religiões, religiosidades, experiências religiosas onde todos devem ser ouvidos e respeitados. A diversidade se faz riqueza e deve conduzir à compreensão, respeito, admiração e atitudes pacificadoras (SILVA, 2004, p.6).

Para tanto, se faz necessária uma prática educativa fundamentada na igualdade racial, que possibilite professores em sala de aula desmistificar a ideia de inferioridade da pessoa negra e suas culturas.

A escola deve ser um espaço privilegiado de diálogo de saberes e como tal pode ser o melhor lugar para a quebra de paradigmas racistas e excludentes. Porém, os dirigentes de educação e dessa instituição ainda necessitam do olhar político pedagógico para priorizar a formação inicial e continuada de professores como um dos meios capazes de quebrar paradigmas e construção de outros referenciais que fundamentem sua prática pedagógica.

Nesse sentido, os gestores educacionais dos entes federativos (Estados e Municípios) devem pensar, elaborar e efetivar políticas públicas permanentes de formação inicial e continuada para professores, de modo a valorizar nacionalmente a formação docente, uma vez que o acesso ao conhecimento favorece a compreensão do direito e do dever de cada um, bem como a participação social e política na comunidade na qual se está inserido, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio contra as injustiças cometidas contra às pessoas negras, respeitando-a e garantindo a efetivação de seus direitos.

A formação continuada de professores é importante, haja vista as transformações históricas e tecnológicas por quais o mundo tem passado, e a escola também. Portanto, professores precisam estar preparados para lidar com as novas gerações; fruto de tais transformações, as quais se caracterizam pela interatividade, inquietação frente às possibilidades e acesso à diversidade de

conhecimentos via tecnologias. Nesse contexto, o preconceito religioso não deve ter espaço.

A Formação Inicial e Continuada é uma exigência da LDB 9.394/1996, portanto, uma prática importante aos professores, uma vez que lhes possibilita enfatizar os seus deveres no trabalho pedagógico com as crianças, o que deve ser feito na perspectiva de superar as práticas pedagógicas regidas por suas convicções religiosas. Ou seja, estas não podem influenciar em sala de aula, haja vista que se está formando pessoas para o pleno exercício da cidadania.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

Analisar as concepções das professoras de educação infantil e as implicações no ensino sobre religiões afro-brasileiras: um estudo de caso na Creche no município de Riachão do Poço-PB foi um desafio durante devido ao momento de Pandemia mundial.

Optou-se por uma pesquisa de cunho qualitativo, quanto aos objetivos e procedimentos metodológicos, vinculada aos processos de coleta de dados em campo. O principal meio de informação foi o questionário e o diálogo via plataformas digitais, devido à Pandemia da COVID-19. Também fizemos a pesquisa bibliográfica e das fontes pertinentes ao tema disponíveis em acervos digitais. Segundo Minayo, a pesquisa de caráter qualitativo:

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Esse conjunto de fenômenos é entendido aqui como parte da realidade social, pois, o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2009, p.21)

Foram aplicados questionários a seis professoras, sendo estes indispensáveis à coleta de informações e comprovação das conclusões. Além do mais, serviu para cotejar com os referenciais e às discussões relacionadas ao tema da pesquisa.

Ao ser eleito o tema principal da pesquisa teve como base algumas concepções teóricas de Carvalho e Silva (2018), Mota (2016) entre outros teóricos

e pesquisadores que discutem as religiões afro-brasileiras no contexto escolar, seus princípios e importância. Assim como alguns documentos específicos do Ministério da Educação (MEC) que tratam sobre o assunto, a saber: a Lei 10.639/2003, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2013), entre outros referenciais.

Quanto às técnicas de análise de dados utilizou-se a análise de conteúdo, pois, segundo Bardin (2011), as diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três polos cronológicos: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Portanto, na sequência fazemos a contextualização da creche campo da pesquisa, seguidamente da apresentação e análise dos questionários da pesquisa.

4.1 Contextualização da Creche Municipal de Riachão do Poço-PB

A Creche Municipal de Riachão do Poço-PB, com sede na zona urbana, fundada pelo Prefeito José Constâncio Sobrinho através do Decreto Municipal nº 026/2014 de 13 de março de 2014 e regulamentada pelo Conselho Municipal de Educação – CME através da Resolução nº 001/2014 de 12 de junho de 2014. Atualmente, funciona de forma remota devido à Pandemia COVID-19, cujo alunado consta de 132 crianças divididas em seis turmas: sendo três com idade entre 2 e 3 anos (turmas de creche) e três entre 4 e 5 anos de idade (turmas de pré-escola). Segundo o Censo Escolar no ano de 2014, haviam 40 crianças matriculadas.

Todavia, as implementações das políticas educacionais no município, por exemplo: novo prédio, aquisições de brinquedos, carteiras adequadas para faixa etária, climatização das salas de aulas, inovação no quadro docente e mudanças na gestão escolar, observa-se o aumento do número de matrículas. Pois, ao considerar os dados estatísticos da Secretaria de Educação, verifica-se a elevação em 230% no número de matrículas no ano letivo de 2021, conforme demonstração a tabela a seguir:

governamentais, de disponibilizarem o nível de formação necessário para que obtenham a formação exigida pela legislação para exercer a função. O desafio se coloca na medida em que a oferta de Educação Infantil, além de ser expressiva, é organizada de forma precária, com vários órgãos oficiais atuando paralelamente, sobretudo com funções assistenciais que levam as crianças, de diferentes classes sociais, a percursos escolares distintos (FLÔR e DURLI 2012, p.27).

Portanto, mediante tal contexto histórico, observa-se ainda alguns desafios a serem superados na formação inicial de professoras da educação infantil nas universidades e até bem pouco tempo, nas instituições de nível médio. Para superá-los a LDB é um marco importante no campo educacional, na ótica de alguns estudiosos, sobretudo, porque instaurou um conjunto de reformas que desde o final da década de 1990 vêm sendo implantadas, mobilizando vários setores educacionais, de modo mais específico, a formação dos profissionais da educação básica. No entanto, a lei por si só não garante que estes profissionais estejam aptos e preparados para o trabalho relacionado às religiões afro-brasileiras. Para Cabral (2005), com a obrigatoriedade da formação docente em nível superior mediante ordenamento da LDB:

O que pode ser observado é que poucos cursos destinados à formação docente têm procurado contemplar os princípios e pressupostos capazes de garantir uma formação de qualidade. Além disso, os novos ordenamentos legais para a formação docente conduzem: à priorização da formação em serviço, em detrimento da formação inicial; também leva ao aligeiramento do ensino, com a precarização da base teórica-conceitual, e o favorecimento de uma capacitação pragmática e pontual (CABRAL, 2005, p.121).

No entanto, a formação em nível superior não significa dizer que docentes estejam qualificados para lidar com todo o contexto que demanda a sua função. Portanto, a importância de formações, estudos e pesquisas específicos como é o caso da história e cultura afro-brasileira, nesse caso, as religiões.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana acrescentam que:

Um destaque especial deve ser dado aos professores que atuam na educação infantil, pois devem desenvolver atividades que possibilitem e favoreçam as relações entre as crianças na sua diversidade (BRASIL/MEC, 2013, p.49).

De acordo com esse documento as principais ações para a Educação Infantil são:

- a) Ampliar o acesso e o atendimento seguindo critérios de qualidade em EI, possibilitando maior inclusão das crianças afrodescendentes.
- b) Assegurar formação inicial e continuada aos professores e profissionais desse nível de ensino para a incorporação dos conteúdos da cultura Afro-brasileira e indígena e o desenvolvimento de uma educação para as relações étnico-raciais.
- c) Explicitar nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil a importância da implementação de práticas que valorizem a diversidade étnica, religiosa, de gênero e de pessoas com deficiências pelas redes de ensino.
- d) Implementar nos Programas Nacionais do Livro Didático e Programa Nacional Biblioteca na Escola ações voltadas para as instituições de educação infantil, incluindo livros que possibilitem aos sistemas de ensino trabalhar com referenciais de diferentes culturas, especialmente as negra e indígena.
- e) Implementar ações de pesquisa, desenvolvimento e aquisição de materiais didático pedagógicos que respeitem e promovam a diversidade, tais como: brinquedos, jogos, especialmente bonecas/os com diferentes características étnico-raciais, de gênero e portadoras de deficiência.
- f) Desenvolver ações articuladas junto ao INEP, IBGE e IPEA para produção de dados relacionados à situação da criança de 0 a 5 anos no que tange à diversidade e garantir o aperfeiçoamento na coleta de dados do INEP, na perspectiva de melhorar a visualização do cenário e a compreensão da situação da criança afrodescendente na educação infantil.
- g) Garantir apoio técnico aos municípios para que implementem ações ou políticas de promoção da igualdade racial na educação infantil. (BRASIL/MEC, 2013, pp. 49-50)

Com relação às ações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, diante da realidade posta das escolas públicas percebe-se que os critérios de qualidade em relação à educação infantil estão um pouco distantes das metas elencadas no documento, assim como a incorporação dos conteúdos e práticas docentes que valorizem a diversidade étnica, cultural, religiosa, enfim, a pluralidade de diferenças ainda é algo pontual e disperso na escola. São ações que precisam de um olhar mais cuidadoso, crítico e politizado dos gestores e secretários de educação em busca de medidas que proporcionem a docentes e discentes o alcance de tais metas.

3.2. Concepções Religiosas: implicações na prática docente

O Brasil é uma nação que foi colonizada e, conseqüentemente, catequizada pelos europeus na perspectiva cristã ocidental. Por isso, grande

parcela da população brasileira se autodenomina cristã católica de acordo com dados do censo do IBGE em 2010 cerca de 86,8 %. Assim, observa-se explicitamente no cotidiano brasileiro o racismo e o preconceito em relação às religiões afro-brasileiras.

As concepções religiosas dos docentes, objetos desta pesquisa, estão ligadas ao cristianismo, seus dogmas, regras e crenças. Haja vista que, dentre as atividades e planos de aula rotineiros há momentos para orações, músicas e comemorações com cunho religioso cristão, como, por exemplo, a Páscoa. Observa-se ainda que datas comemorativas afrodescendentes não são tratadas com a mesma atenção ou enfatizadas com tanta importância nem mesmo a instruída por lei a qual reza no Art. 79-B. “O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra’”. Alguns discursos docentes deixam implícitos os estereótipos para com a cultura afro-brasileira, embora, tentem usar “frases feitas” e palavras bonitas, entre uma ação e outra verifica-se a rejeição da cultura afrodescendente.

Essa realidade reverbera na sala de aula, sobretudo, no modo “como ensinar e lidar com o ensino das religiões na escola.” Dificilmente, na prática social ou profissional, o docente não expressa explicitamente sua verdadeira identidade, a qual está carregada da sua experiência cultural e concepções de vida e mundo. Para Lima (2007):

O conceito de identidades afrodescendentes traz não somente a problemática da existência ou inexistência de uma ou várias identidades particulares, mas também a problemática do significado político dela [...] falar sobre a historicidade, as afinidades culturais e a multiplicidade identitária cuja expressão brota da relação com o outro, no contexto das africanidades (LIMA, 2007, p.46).

Tal realidade resulta da não formação docente para lidar na escola com as identidades existentes na sociedade brasileira e que por sua vez estão presentes na escola. Isso exige estudos, intervenções e planejamento curricular, de modo a possibilitar que docentes rompam paradigmas relacionados às questões étnicas e religiosas, o que lhes possibilitará lidar na escola com a diversidade cultural. Pois,

[...] a relação entre currículo e diversidade é muito mais complexa. O discurso, a compreensão e o trato pedagógico da diversidade vão muito

além da visão romântica do elogio à diferença ou da visão negativa que advoga que ao falarmos sobre a diversidade corremos o risco de discriminar os ditos diferentes. Que concepções de diversidade permeiam as nossas práticas, os nossos currículos, a nossa relação com os alunos e suas famílias e as nossas relações profissionais? Como enxergamos a diversidade enquanto cidadãos e cidadãs nas nossas práticas cotidianas? (GOMES, 2008, p. 19).

Os questionamentos feitos pela autora são pertinentes haja vista que possibilita a reflexão sobre quais conceitos oriundos da convicção docente recaem sobre o currículo, exemplo, diversidade, cultura e religião afro-brasileira e quais práticas desenvolvem nas salas de aula .

Dessa forma é necessário refletir até que ponto a formação religiosa do professor interfere nas suas práticas pedagógicas em sala de aula? Até que ponto a ação do professor contribui para inclusão ou exclusão dos “estudantes diferentes?”

Nesse sentido, enxergamos a necessidade de uma nova postura pedagógica de professores na escola, de modo que construam o currículo na perspectiva multicultural, conforme afirmam Moreira e Candau (2008):

Elaborar currículos culturalmente orientados demanda uma nova postura, por parte da comunidade escolar, de abertura às distintas manifestações culturais. Faz-se indispensável superar o “daltonismo cultural”, ainda bastante presente nas escolas. O professor “daltônico cultural” é aquele que não valoriza o “arco-íris de culturas” que encontra nas salas de aulas e com que precisa trabalhar, não tirando, portanto, proveito da riqueza que marca esse panorama (MOREIRA e CANDAU, 2008, p.31).

Nessa perspectiva torna-se importante o professor aprofundar seus conhecimentos teóricos e suas vivências pedagógicas se colocando no lugar do aluno, ou em situações onde possa analisar suas próprias ações e reações frente à pluralidade e diversidade cultural existente na escola e a relação com a historicidade do Brasil, evidenciando assim que a aprendizagem sobre as religiões afro-brasileiras implica na descoberta do que há em si, conhecer suas origens e culturas.

Nesse sentido, professores devem direcionar suas práticas pedagógicas relacionadas ao ensino das religiões afro-brasileiras, de modo que tenha como embasamento os princípios norteadores presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de

História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, para assim, poder desconstruir a imagem sobre essas religiões impostas pelo sistema educacional, ou seja, a crença de que as religiões que não são cristãs são religiões “demoníacas” na concepção cristã. Professores/as devem agir na escola no sentido de combater o preconceito religioso. Pois, para Silva (2004):

Conhecer o lugar onde estamos e onde os outros estão em relação à fé e às crenças leva-nos a desenvolver um sentido de proporção no amplo campo das religiões, religiosidades, experiências religiosas onde todos devem ser ouvidos e respeitados. A diversidade se faz riqueza e deve conduzir à compreensão, respeito, admiração e atitudes pacificadoras (SILVA, 2004, p.6).

Para tanto, se faz necessária uma prática educativa fundamentada na igualdade racial, que possibilite professores em sala de aula desmistificar a ideia de inferioridade da pessoa negra e suas culturas.

A escola deve ser um espaço privilegiado de diálogo de saberes e como tal pode ser o melhor lugar para a quebra de paradigmas racistas e excludentes. Porém, os dirigentes de educação e dessa instituição ainda necessitam do olhar político pedagógico para priorizar a formação inicial e continuada de professores como um dos meios capazes de quebrar paradigmas e construção de outros referenciais que fundamentem sua prática pedagógica.

Nesse sentido, os gestores educacionais dos entes federativos (Estados e Municípios) devem pensar, elaborar e efetivar políticas públicas permanentes de formação inicial e continuada para professores, de modo a valorizar nacionalmente a formação docente, uma vez que o acesso ao conhecimento favorece a compreensão do direito e do dever de cada um, bem como a participação social e política na comunidade na qual se está inserido, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio contra as injustiças cometidas contra às pessoas negras, respeitando-a e garantindo a efetivação de seus direitos.

A formação continuada de professores é importante, haja vista as transformações históricas e tecnológicas por quais o mundo tem passado, e a escola também. Portanto, professores precisam estar preparados para lidar com as novas gerações; fruto de tais transformações, as quais se caracterizam pela interatividade, inquietação frente às possibilidades e acesso à diversidade de

conhecimentos via tecnologias. Nesse contexto, o preconceito religioso não deve ter espaço.

A Formação Inicial e Continuada é uma exigência da LDB 9.394/1996, portanto, uma prática importante aos professores, uma vez que lhes possibilita enfatizar os seus deveres no trabalho pedagógico com as crianças, o que deve ser feito na perspectiva de superar as práticas pedagógicas regidas por suas convicções religiosas. Ou seja, estas não podem influenciar em sala de aula, haja vista que se está formando pessoas para o pleno exercício da cidadania.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

Analisar as concepções das professoras de educação infantil e as implicações no ensino sobre religiões afro-brasileiras: um estudo de caso na Creche no município de Riachão do Poço-PB foi um desafio durante devido ao momento de Pandemia mundial.

Optou-se por uma pesquisa de cunho qualitativo, quanto aos objetivos e procedimentos metodológicos, vinculada aos processos de coleta de dados em campo. O principal meio de informação foi o questionário e o diálogo via plataformas digitais, devido à Pandemia da COVID-19. Também fizemos a pesquisa bibliográfica e das fontes pertinentes ao tema disponíveis em acervos digitais. Segundo Minayo, a pesquisa de caráter qualitativo:

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Esse conjunto de fenômenos é entendido aqui como parte da realidade social, pois, o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2009, p.21)

Foram aplicados questionários a seis professoras, sendo estes indispensáveis à coleta de informações e comprovação das conclusões. Além do mais, serviu para cotejar com os referenciais e às discussões relacionadas ao tema da pesquisa.

Ao ser eleito o tema principal da pesquisa teve como base algumas concepções teóricas de Carvalho e Silva (2018), Mota (2016) entre outros teóricos

e pesquisadores que discutem as religiões afro-brasileiras no contexto escolar, seus princípios e importância. Assim como alguns documentos específicos do Ministério da Educação (MEC) que tratam sobre o assunto, a saber: a Lei 10.639/2003, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2013), entre outros referenciais.

Quanto às técnicas de análise de dados utilizou-se a análise de conteúdo, pois, segundo Bardin (2011), as diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três polos cronológicos: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Portanto, na sequência fazemos a contextualização da creche campo da pesquisa, seguidamente da apresentação e análise dos questionários da pesquisa.

4.1 Contextualização da Creche Municipal de Riachão do Poço-PB

A Creche Municipal de Riachão do Poço-PB, com sede na zona urbana, fundada pelo Prefeito José Constâncio Sobrinho através do Decreto Municipal nº 026/2014 de 13 de março de 2014 e regulamentada pelo Conselho Municipal de Educação – CME através da Resolução nº 001/2014 de 12 de junho de 2014. Atualmente, funciona de forma remota devido à Pandemia COVID-19, cujo alunado consta de 132 crianças divididas em seis turmas: sendo três com idade entre 2 e 3 anos (turmas de creche) e três entre 4 e 5 anos de idade (turmas de pré-escola). Segundo o Censo Escolar no ano de 2014, haviam 40 crianças matriculadas.

Todavia, as implementações das políticas educacionais no município, por exemplo: novo prédio, aquisições de brinquedos, carteiras adequadas para faixa etária, climatização das salas de aulas, inovação no quadro docente e mudanças na gestão escolar, observa-se o aumento do número de matrículas. Pois, ao considerar os dados estatísticos da Secretaria de Educação, verifica-se a elevação em 230% no número de matrículas no ano letivo de 2021, conforme demonstração a tabela a seguir:

Quadro 1 - Números de Matrículas
Creche de Riachão do Poço-PB

Ano Letivo	Matrículas
2014	40
2015	40
2016	40
2017	38
2018	32
2019	52
2020	106
2021	132

Fonte: <http://censobasico.inep.gov.br/censobasico/#/>. Acesso em: 17 Maio 2021.

De acordo com o observado, no momento atual as professoras estão entregando atividades impressas e interagindo com os pais através de recursos virtuais, a exemplo de grupos de Whatsapp, por exemplo. Por conseguinte, utilizam diário on-line no qual registram seus planos de ensino, atividades diárias, frequência, acompanhamento e dos alunos. Além disso, os docentes são acompanhados por um coordenador pedagógico com reuniões periódicas virtuais para planejamento de atividades e avaliação do trabalho remoto.

4.2 Sujeitos Participantes, Resultados e Análise dos Dados

Na pesquisa trabalhou-se com as seis professoras, a gestora escolar e a coordenadora pedagógica, sendo todas as professoras pertencentes ao quadro de funcionários efetivos do município, duas com mais de vinte anos de experiência na Educação Infantil e as demais com quase dez anos.

Todas as participantes da pesquisa possuem formação acadêmica em nível Superior e Especialização em áreas afins, como pode-se ver no quadro a seguir:

Quadro 2 - Quadro de Professoras da Creche Municipal

Professores/nome	Formação Inicial	Especialização	Turma
A	Licenciatura em Filosofia/ISEP: 2014 e História/UEPB: 2006	Psicopedagogia Clínica: Cristo Rei: 2015	Creche (3 anos)
B	Licenciatura em Pedagogia/UVA: 2013	Educação Infantil/FNLS: 2015	Creche (3 anos)

C	Licenciatura em Pedagogia/UVA:2003	Inclusão Escolar/FIP:2007	Creche (2/3 anos)
D	Licenciatura em Pedagogia/UEPB: 2009	Psicopedagogia Institucional e Clínica: S.J. Tadeu: 2016	Pré II A
E	Licenciatura em Pedagogia/UVA: 2010	Supervisão e Orientação Educacional/FIP: 2011, Psicopedagogia/FNLS:2013	Pré I
F	Licenciatura Letras/UEPB: 2012	Língua Portuguesa/2013:FJ, Educação Especial e Inclusiva/2019:São Judas Tadeu.	Pré II

Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Educação de Riachão do Poço-PB/2021

Observa-se de acordo com a documentação acadêmica exibida (diplomas e certificados), os professores da Creche possuem uma boa formação acadêmica, o que não significa dizer que estão preparados para tratar da temática História e Cultura Afro-brasileira e Africana como contempla a Lei 10.639/2003, que alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

Ao serem questionadas sobre a participação em cursos complementares ou formação continuada que tratasse do tema *História e Cultura Afro-Brasileira* cinco professoras foram unânimes em afirmar que “participaram de momentos pontuais do planejamento escolar sobre algumas datas comemorativas envolvendo a temática”, apenas uma professora afirmou que “*nunca participou, porém, tem conhecimento da Lei*”, respostas observadas no questionário aplicado.

A resposta é denotativa de que a formação inicial destas professoras não contemplou a temática, logo, também não tratou do assunto de religiões afro-brasileiras.

O questionário aplicado foi estruturado em 10 questões, sendo 7 objetivas e 3 subjetivas. As quais investigaram os seguintes pontos: 1. Participação em curso ou formação continuada sobre *História e Cultura Afro-Brasileira*; 2. Formação acadêmica; 3 e 4. Formação pessoal e religiosa; 5. Planejamento de ensino na área do Ensino Religioso na Educação Infantil; Conhecimento e

trabalho pedagógico sobre as religiões afro-brasileiras na Educação Infantil; 6. Conhecimento sobre as práticas religiosas dos/as alunos/as e suas famílias; 7. Conhecimento e trabalho pedagógico sobre as religiões afro-brasileiras na Educação Infantil; 8. Definição pessoal de religiões afro-brasileiras; 9. Formação acadêmica específica; 10. Formação religiosa.

Para melhor análise, criou-se o quadro abaixo com as 7 questões objetivas e as respostas obtidas:

Quadro 3 - Questionário objetivo e respostas das Professoras

<p>1. Sobre a sua participação em curso ou formação continuada quanto ao tema História e Cultura Afro-Brasileira Lei 10.639/2003: <input type="radio"/> (0) Nunca participou e não tem conhecimento do assunto <input type="radio"/> (1) Nunca participou, porém, tem conhecimento da Lei <input type="radio"/> (5) Participou de momentos pontuais no planejamento escolar</p>
<p>2. Sobre sua Formação acadêmica, você considera: <input type="radio"/> (2) O currículo acadêmico não contemplou o tema História e Cultura Afro-Brasileira Lei 10.639/2003 <input type="radio"/> (4) O currículo acadêmico contemplou o tema História e Cultura Afro-Brasileira Lei 10.639/2003, mas, o currículo da Creche não faz referência ao assunto <input type="radio"/> (0) O currículo acadêmico contemplou o tema História e Cultura Afro-Brasileira Lei 10.639/2003, porém, você não considera relevante para a Educação Infantil</p>
<p>3. Sobre sua formação pessoal e religiosa: <input type="radio"/> (5) Você se considera cristão praticante <input type="radio"/> (1) Você não se considera cristão praticante <input type="radio"/> (0) Você não é de religião cristã</p>
<p>4. Ainda sobre sua formação pessoal e religiosa: <input type="radio"/> (0) Influenciam no seu convívio com outras religiões <input type="radio"/> (5) Influenciam na sua aceitação e respeito para com as religiões afro-brasileiras, como: candomblé, umbanda, etc. <input type="radio"/> (1) Influenciam no modo como você lida com as religiões afro-brasileiras na sua prática docente</p>
<p>5. Planejamento de ensino na área do Ensino Religioso na Educação Infantil: <input type="radio"/> (6) O currículo não contempla a disciplina, porém, na rotina diária você trabalha com momentos de orações e cantigas religiosas <input type="radio"/> (0) O currículo contempla a disciplina, porém, você não considera importante para essa modalidade de ensino <input type="radio"/> (0) O currículo contempla a disciplina, porém, você sente dificuldade em trabalhar com o assunto</p>
<p>6. Sobre as práticas religiosas dos alunos e suas famílias: <input type="radio"/> (6) Você conhece e trabalha com a diversidade religiosa com sua turma <input type="radio"/> (0) Você não conhece e nem se interessa, pois, considera assunto pessoal e delicado <input type="radio"/> (0) Você não julga importante esse assunto</p>
<p>7. Conhecimento e trabalho pedagógico sobre as religiões afro-brasileiras na Educação Infantil: <input type="radio"/> (1) Não tem conhecimento sobre tais religiões <input type="radio"/> (5) Tem conhecimento, porém, acha polêmico e evita tocar no assunto <input type="radio"/> (0) Tem conhecimento, porém, sua formação pessoal não permite “induzir” as crianças ao “mal caminho”</p>

Questionário aplicado as professoras da Creche de Riachão do Poço-PB, em 19/05/2021.

A análise das respostas objetivas possibilitou perceber que as professoras não participaram durante sua trajetória docente de curso ou formação continuada sobre o tema História e Cultura Afro-Brasileira, Lei 10.639/2003, apenas em momentos pontuais do planejamento escolar, o que nos leva a entender que de forma superficial.

Sobre a Formação inicial, quatro professoras afirmaram que o currículo acadêmico contemplou o tema História e Cultura Afro-Brasileira, Lei 10.639/2003, mas, o currículo da Creche não faz referência ao assunto, sendo que duas dessas professoras não tiveram o tema contemplado no currículo acadêmico em sua formação.

Assim, percebemos a necessidade de analisar e implementar no currículo escolar na Creche para que contemple os dispositivos da Lei 10.639/2003, e buscar junto à Secretaria de Educação meios de Formação Continuada sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana para professoras da educação infantil. Como recomenda o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil/Mec., 2013).

Um destaque especial deve ser dado aos professores que atuam na educação infantil, pois devem desenvolver atividades que possibilitem e favoreçam as relações entre as crianças na sua diversidade (BRASIL/MEC, 2013, p.49).

Durante a análise, chamou-nos a atenção o fato de todas as professoras se autoafirmarem de religião cristã e que este fato influencia a aceitação e respeitam as religiões afro-brasileiras, e o modo como lidam com o conteúdo religião na prática docente.

Ou seja, a concepção pessoal de religião e ensino religioso arraigadas no cristianismo e suas tradições torna óbvio o preconceito religioso no trabalho das professoras aparentemente preparados academicamente para atuarem nos diversos campos da educação, haja vista o currículo acadêmico de cada uma

Sobre o planejamento do ensino na área do Ensino Religioso na Educação Infantil, as professoras afirmaram que o currículo desta modalidade não contempla a disciplina, porém, na rotina diária no ensino presencial todas trabalham com momentos de orações e cantigas religiosas, o que nos leva a

entender pelas respostas anteriores, que são orações e cantigas de cunho religioso cristão, ou seja, reforça as respostas de que as religiões dos docentes se replicam no seu modo e prática docente a sua própria religiosidade. Porém, estas afirmam ter conhecimento das práticas religiosas dos/as alunos/as e suas famílias e que conhecem e trabalham com a diversidade religiosa com suas turmas.

No entanto, no questionamento 7, as professoras contradizem parte de seus discursos ao afirmarem que tem conhecimento sobre as religiões afro-brasileiras, porém, acham polêmica e evitam tocar no assunto. Uma das professoras enfatizou não ter conhecimento destas religiões. Ou seja, percebemos implicitamente, o silenciamento da escola diante da história e cultura afrodescendente. Pois, segundo Bencini (2004):

O silêncio é uma constante nas relações raciais. De forma consciente [...] ou inconsciente, como agem os que não sabem lidar com o assunto. Desse modo, tornou-se natural tratar a história do negro apenas na perspectiva da escravidão e aceitar padrões estéticos e culturais de uma suposta superioridade branca. Sobre isso, disse o líder negro americano Martin Luther King (1929-1968): "Temos de nos arrepender nessa geração não tanto pelas más ações das pessoas más, mas pelo silêncio assustador das pessoas boas" (BENCINI, 2004, pp.2-3).

A análise das respostas subjetivas da questão 8, ao solicitar que as professoras definissem suas concepções sobre religiões afro-brasileiras, observaram-se divergências quando comparadas com as respostas dadas às questões objetivas. Por exemplo, a resposta da Professora F, diz que:

As religiões afro-brasileiras fazem parte e enriquecem a cultura do nosso país, no entanto, devido a limitações pré-determinadas desse período de escravidão, essas religiões são subjugadas como inferiores (Conforme questionário respondido pela Professora F em 19/05/2021).

Essa professora ainda afirmou, assim como as demais, que sua formação religiosa influencia na sua aceitação e respeito para com as religiões afro-brasileiras. Ou seja, são discursos diferentes do que percebemos nas práticas em sala de aula. Esta professora afirmou ainda na questão 10 que não segue religião alguma, crê no evangelho e procura seguir os ensinamentos de Jesus Cristo "amando ao próximo sem distinções".

Ao responder aos mesmos questionamentos, a Professora D definiu religião afro-brasileira como sendo igual a qualquer outra, enfatizou ser de religião

católica, onde “a religião afro-brasileira não é muito aceitável nesse meio”, porém, a mesma diz ter sua própria concepção e acha essas religiões “muito interessantes”. Esta mesma professora afirmou ter conhecimento das religiões afro-brasileiras, mas acha o assunto polêmico e evita em seu trabalho pedagógico.

A Professora C definiu religiões afro-brasileiras como: “uma religião que surgiu com a chegada dos povos africanos aqui no Brasil, aliadas às crenças da igreja católica trazidas pelos portugueses”. Afirma ser católica e que “ainda há certo preconceito da igreja católica com as religiões afro-brasileiras, talvez por ignorância religiosa de algumas pessoas em não conhecer melhor as religiões afro-brasileiras”. Mas, também acha polêmico e evita tocar no assunto em sua prática docente.

No conceito da Professora B, a religião afro-brasileira “é uma religião que muito contribuiu na formação cultural de nosso povo, porém, até então muito discriminada, visto que, muitos não entendem nem tem conhecimento sobre o tema”. Ela afirma ser católica e que sua religião entende que as religiões afro-brasileiras “acabam fazendo uma fusão de vários elementos culturais, onde muitas vezes acabam identificando seus deuses como santos da religião católica, sendo uma visão errada no catolicismo”. A professora coloca como observação que este assunto “deve ser introduzido desde cedo” e que não vê polêmica em tratar o tema.

A Professora E, que é evangélica, afirma que sua religião “não é de acordo com as demais”, assim enfatizou: “como educadora devo separar as coisas, como se diz não tenho nada contra as demais religiões”. Resumiu a definição de religiões afro-brasileiras como “tradições deixadas pelos ancestrais, como o candomblé e outras”. Sobre o trabalho pedagógico com o assunto a mesma observou que tem conhecimento, porém, os alunos são muito pequenos para entender.

A Professora A, se identificou como espírita e apaixonada pela umbanda e jurema. “O que penso é bem diferente que a FEB¹ pensa”. Essa professora na sua definição pessoal de religiões afro-brasileiras diz que: “deveria ser um assunto comum como todas as outras religiões (católica e protestante), mas

¹ FEB (Federação Espírita Brasileira)

infelizmente o preconceito é muito grande, não só por ser uma religião de negros escravos, como falta de profundidade, conhecimento e interesse pela mesma". Esta professora também afirmou ter conhecimento do tema mas, acha polêmico e evita tocar no assunto em sua prática docente.

No final da análise dos questionários aplicados percebeu-se a falta de conhecimento das professoras com relação a Lei 10.639/2003, o que ficou explícito em suas respostas, e em especial, sobre as religiões afro-brasileiras. Identificamos um silenciamento da escola por receio do "polêmico", ou seja, permanecer na zona de conforto é mais viável. Para Bencini (2004):

A lei só sairá do papel se você tiver acesso a material e formação sobre a temática racial na educação. Portanto, agora é hora de buscar bibliografia sobre o assunto, eleger o tema para discussão em grupos de estudos e fomentar a criação de cursos em sua escola e cidade sobre educação antirracista (BENCINI, 2004, p.5).

Nesse sentido, entendemos a necessidade de formação continuada, assim como a necessidade de a Secretaria de Educação buscar apoio nos NEAB's (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas) para que as professoras da creche e toda rede municipal de ensino de Riachão do Poço adquiram conhecimento quanto a implementação dos conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar, conforme orienta a Lei 10.639/2003 em seu contexto real, social e político. Sobre tal questão Bencini (2004) afirma que:

O documento determina que a história da África seja tratada em perspectiva positiva, não privilegiando somente as denúncias da miséria que atinge o continente. A importância dos anciãos na preservação da memória e a religiosidade, por exemplo, passam a fazer parte dos conteúdos, assim como o conhecimento da contribuição dos egípcios para o desenvolvimento da humanidade. As marcas da cultura de raiz africana devem ser ressaltadas particularmente em Artes, Literatura e História do Brasil. E mais. Os professores precisam valorizar a identidade negra e ser capacitado para destruir o mito da democracia racial no Brasil, criado durante o regime militar (1964-1985) (BENCINI, 2004, p.5)

No entanto, o maior desafio é trabalhar ou desmistificar a concepção pessoal de cada uma sobre as religiões afro-brasileiras, haja vista que as concepções enraizadas são decorrentes da concepção eurocêntrica e cristã de religião recorrente no currículo.

Para tanto, torna-se indispensável a continuação das discussões no âmbito escolar sobre a importância e relevância de aprofundar os estudos e pesquisas sobre este tema, assim como a necessidade do tema está na formação inicial e continuada de professores.

Compreende-se as constantes contradições nos discursos das professoras como uma decorrência das falhas na formação inicial e falta de formação continuada. Entende-se seus posicionamentos, pois, de certa forma são reflexos do que se verifica na sociedade: preconceito camuflado ou explícito, silenciamento social com relação à existência dos afrodescendentes e sua cultura. Em meio a essa realidade Bencini (2004) enfatiza que:

O trabalho de educação antirracista deve começar cedo. Na Educação Infantil, o primeiro desafio é o entendimento da identidade. A criança negra precisa se ver como negra, aprender a respeitar a imagem que tem de si e ter modelos que confirmem essa expectativa. Por isso, deve ser cuidadosa a seleção de livros didáticos e de literatura que tenham famílias negras bem sucedidas, por exemplo, e heróis e heroínas negras. (BENCINI 2004, p.6)

A pesquisa apontou a necessidade de formação continuada para as professoras da creche sobre o tema história e cultura afro-brasileira e africana, assim como a implementação de tal conteúdo no Projeto Pedagógico e Currículo Escolar da creche.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao debater sobre as concepções das professoras da educação infantil acerca de religiões afro-brasileiras, conclui-se que o tema religião está inserido na prática delas, ainda que o Ensino Religioso não seja uma disciplina no currículo da Educação Infantil, as professoras em determinadas situações, como ficou explícito nas respostas do questionário aplicado, acabam replicando nas suas salas de aula a sua prática religiosa, e por extensão não percebem e respeitam a diversidade cultural e religiosa existente no contexto escolar e da comunidade onde a escola está inserida.

Nesse sentido a presença da história e cultura afro-brasileira e africana na formação inicial e continuada de professores da educação básica, e, sobretudo,

infantil é relevante e urgente, haja vista o tempo em que a Lei 10.639/2003 foi sancionada, mas, professoras da educação infantil tem pouco conhecimento acerca das demandas exigidas por essa legislação.

As concepções religiosas cristãs predominam entre as professoras da educação infantil e influenciam diretamente nas suas práticas em sala de aula, o que faz com que silenciem sobre as religiões afro-brasileiras e apontem esse conteúdo como tema “polêmico”, o que se constitui uma forma de omissão e esquivo de qualquer tipo de polêmica e conflito que venha ser gerado na vivência escolar.

A pesquisa apontou para a necessidade de as professoras repensarem suas práticas pedagógicas quando o assunto for religião e incluir atividades relacionadas às religiões afro-brasileiras, de modo que tenham como embasamento os princípios norteadores presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, para assim, poder desconstruir a imagem sobre essas religiões impostas pela sociedade desde os primórdios da colonização do Brasil.

A conclusão que as professoras, assim como gestora e coordenadora pedagógica da Creche deverão alinhar seu trabalho às diretrizes oficiais da educação e às necessidades reais da comunidade, de modo que, ao desconstruir velhos estereótipos, conceitos negativos e preconceituosos relacionados às religiões afro-brasileiras, de modo que possam falar e discutir com as crianças sobre tais religiões em sala de aula, e assim possibilitar-lhes conhecer parte de sua história, da verdadeira história da realidade nacional. Deste modo estarão mostrando a importância e a presença afrodescendente na formação étnica e cultural do Brasil.

Para tanto, se faz necessário assumir posturas quando o assunto for religiões, de modo a trazer para a sala de aula as diversas religiões existentes no Brasil e na comunidade onde estão inseridas, e assim evitar que sua concepção religiosa determine o currículo escolar.

Deste modo entendemos o quanto é necessário a gestão da rede municipal de ensino de Riachão do Poço-PB possibilitar aos docentes, mas, sobretudo, às professoras que lidam com educação infantil na creche, formação continuada e

apoio pedagógico, de modo que possam trabalhar, conforme as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, e da Lei 10.639/2003. Assim compreenderão que os conteúdos sobre religião não devem ser limitados a sua concepção religiosa, mas contemplar a diversidade existente no Brasil e na comunidade onde escola e estudantes estão inseridos.

Sabe-se, no entanto, que esse exercício se constitui quebra de paradigmas, não é fácil, mas não é impossível, depende das condições e materiais que forem disponibilizados as professoras, da democratização da gestão escolar, mais também da vontade e concepção política das professoras, o que incide na compreensão do tipo de cidadão/ã que está colaborando a formar.

6 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Juvenal. **Os 15 anos da Lei 10.639**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/os-15-anos-da-lei-10-639/>. Acesso em: 08 Abr. 2021.

AZEVEDO, Reinaldo. **O IBGE e a religião — Cristãos são 86,8% do Brasil; católicos caem para 64,6%; evangélicos já são 22,2%**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-ibge-e-a-religiao-cristaos-sao-86-8-do-brasil-catolicos-caem-para-64-6-evangelicos-ja-sao-22-2/>. Acesso em: 21 jun. 2021.

BAKKER, Raquel Rua Baptista. **Na Escola com os Orixás: O ensino das religiões afro-brasileiras na aplicação da Lei 10. 639/2003**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-31052012160806/ptbr.php>>. Acesso em: 15 Mar.2021.

BENCINI, Roberta. **A Educação não tem cor**. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/410/educacao-nao-tem-cor>>. Acesso em: 26 Mai.2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental**. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL/MEC. **Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/2003/L10.639.htm>>. Acesso em: 30 Mar.2021.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB – Lei nº9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL/SECADI. **Plano Nacional de Implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013.

BRASIL/MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura afro-brasileira e africana**. Brasília/DF: SECAD/MEC, 2004.

BRASIL/MEC. **Lei nº 11.645**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as

diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 2008.

CABRAL, Ana Carla Ferreira Cavalhar. **Formação de Professores para Educação Infantil: um estudo realizado em um curso normal superior**. Dissertação (Mestrado em Sociologia e História da Profissão Docente). Universidade Católica de Minas Gerais, 2005. Disponível em: http://biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_cabralAC_1.PDF. Acesso em 25 Mar. 2021.

CARVALHO, Guilherme Paiva de. SILVA, Eliane Anselmo da. **As religiões afro-brasileiras na escola**. In. Revista Iberoamericana de Educación / Revista Iberoamericana de Educação vol. 76, núm. 2 [(2018/05/30), pp. 51-72, ISSN: 1022-6508 / ISSN: 1681-5653 Organización de Estados Iberoamericanos (OEI/CAEU) / Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI/CAEU).

FONSECA, Marcus Vinicius. SILVA, Carolina Mostaro Neves da. FERNANDES, Alexandra Borges (Orgs.). **Relação Étnico-Raciais e Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

FLÔR, Dalânea Cristina. DURLI, Zenilde. (Orgs.). **Educação Infantil e Formação de Professores**. – Florianópolis. Editora da UFSC, 2012.

GODOY, Eliete Aparecida de. **A Ausência das Questões Raciais na Formação Inicial de Professores e a Lei 10.639/03**. In. Revista Educação. PUC-Campus Campinas, 22(1):7792, jan./abr., 2017. Disponível em: <http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/3433/2396>. Acesso em: 09 Abr. 2021.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**: Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

_____. **Cultura Negra e Educação**. In. Revista Brasileira de Educação [online]. 2003, n 23, pp. 75-85 ISSN1809-449X. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000200006> .Acesso em: 25 Mar. 2021.

_____. **Indagações sobre Currículo: diversidade e currículo**. In. (Orgs.). BEAUCHAMP, Jeanete, PAGEL, Sandra Denise e NASCIMENTO Aricelia Ribeiro. **Diversidade e Currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

INSTITUTO ANISIO TEIXEIRA. **Educação Básica: censo escolar**. Disponível em: [https:// www.inep.gov.br](https://www.inep.gov.br) .Acesso em: 17 Mai. 2021.

JUNQUEIRA, Sergio Rogerio Azevedo. **Materiais Didáticos para o Componente Curricular Ensino Religioso visando a Implementação do Artigo 33 da Lei 9.394/96 revisto na Lei 9.475/97**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2016.

MARCON, Frank. SOGBOSSI, Hippolyte Brice (Orgs.). **Estudos Africanos, História e Cultura Afro-Brasileira: olhares sobre a Lei 10.693/03**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2007.

MOTA, Frederico Alves. **As religiões afro-brasileiras: uma possibilidade de abordagem na educação formal**. In. Revista de História. Juiz de Fora, v. 22, n. 2, p. 461-478, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa e CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre Currículo: currículo, conhecimento e cultura**. In. BEAUCHAMP, Jeanete, PAGEL, Sandra Denise e NASCIMENTO Aricélia Ribeiro. (Orgs.). **Currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Malungus na escola: questão sobre culturas afrodescendentes e educação**. São Paulo: Paulinas, 2007.

RIACHÃO DO POÇO **Decreto Municipal 026/2014**: Dispõe sobre a Criação de Creche Municipal e dá outras providências de 13 de março de 2014.

REBLIN, Iuri Andreas. (Org.). **10 Teses sobre Religião e Educação**. São Paulo Leopoldo: Faculdades EST, 2017.

SANTOS, Renilda de Oliveira. **Encantaria em Sala de Aula: ensino das religiões afro-brasileiras e construção da consciência histórica através de seções didáticas no site do Museu Afrodigital do Maranhão**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual do Maranhão: São Luís, 2018. Disponível em <<https://www.ppghist.uema.br/wpcontent/uploads/2016/12/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Reinilda-corrigida1.pdf>>. Acesso em 26 Mar. 2021.

SILVA, Eliane Moura da. Religião, Diversidade e Valores Culturais: conceitos teóricos e a educação para a Cidadania. In. **Revista de Estudos da Religião** Nº 2 / 2004 / pp. 1-14. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv2_2004/p_silva.pdf. Acesso: 10 Mai. 2021.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, Ensinar e Relações Étnico-raciais no Brasil. In: FONSECA, Marcus Vinicius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES, Alexandra Borges. **Relações Étnico-raciais e Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011, p.13.

SOARES, Laís de Ávila. **Religiões Afro-Brasileiras no Contexto Escolar**. (Monografia em Ciências Humanas), Universidade Federal do Pampa: São Borja, 2019.

ANEXOS



Universidade Estadual da Paraíba
Centro de Humanidades – Campus Guarabira
Departamento de Educação
Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiras e Indígenas
Curso de Especialização em Educação Étnico-racial na Educação Infantil
Discente: Maria Jeane de França Silva
Orientador: Waldeci Ferreira Chagas

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Cara Professora, Gestora e Coordenadora Escolar, como requisito para conclusão do Curso de Especialização em Educação Étnico-racial na Educação Infantil da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, estamos aplicando este questionário com a equipe docente da Creche. Dessa forma, agradecemos vossa participação e colaboração. Por ética, seu nome não será divulgado na pesquisa, usaremos nomes fictícios.

Professora da Turma/turno: Pré II, Turno manhã, A

Em cada questão a seguir marque apenas uma opção de resposta:

1. Sobre a sua participação em curso ou formação continuada quanto ao tema História e Cultura Afro-Brasileira Lei 10.639/2003:
 Nunca participou e não tem conhecimento do assunto
 Nunca participou, porém, tem conhecimento da Lei
 Participou de momentos pontuais no planejamento escolar
2. Sobre sua Formação acadêmica, você considera:
 O currículo acadêmico não contemplou o tema História e Cultura Afro-Brasileira Lei 10.639/2003

O currículo acadêmico contemplou o tema História e Cultura Afro-Brasileira Lei 10.639/2003, mas, o currículo da Creche não faz referência ao assunto

O currículo acadêmico contemplou o tema História e Cultura Afro-Brasileira Lei 10.639/2003, porém, você não considera relevante para a Educação Infantil

3. Sobre sua formação pessoal e religiosa:

Você se considera cristão praticante

Você não se considera cristão praticante

Você não é de religião cristã

4. Ainda sobre sua formação pessoal e religiosa:

Influenciam no seu convívio com outras religiões

Influenciam na sua aceitação e respeito para com as religiões afro-brasileiras, como: candomblé, umbanda, etc.

Influenciam no modo como você lida com as religiões afro-brasileiras na sua prática docente

5. Planejamento de ensino na área do Ensino Religioso na Educação Infantil:

O currículo não contempla a disciplina, porém, na rotina diária você trabalha com momentos de orações e cantigas religiosas

O currículo contempla a disciplina, porém, você não considera importante para essa modalidade de ensino

O currículo contempla a disciplina, porém, você sente dificuldade em trabalhar com o assunto

6. Conhecimento sobre as práticas religiosas dos alunos e suas famílias:

Você conhece e trabalha com a diversidade religiosa com sua turma

Você não conhece e nem se interessa, pois, considera assunto pessoal e delicado

Você não julga importante esse assunto

7. Conhecimento e trabalho pedagógico sobre as religiões afro-brasileiras na Educação Infantil:

() Não tem conhecimento sobre tais religiões

Tem conhecimento, porém, acha polêmico e evita tocar no assunto

() Tem conhecimento, porém, sua formação pessoal não permite "induzir" as crianças ao "mal caminho"

8. Defina, com suas palavras, sua concepção pessoal sobre religiões afro-brasileiras: (não ultrapassar 3 linhas).

A religião afro-brasileira é igual a qualquer outra religião, pois cada um faz suas ~~pr~~ orações a Deus que acredita.

9. Cite a sua Formação Acadêmica:

Psicopedagogia

10. Qual a sua religião e que concepção ela tem sobre religiões afro-brasileiras (candomblé, umbanda, jurema) ?

Católica, a religião afro-brasileira não é muito aceita nel esse meio, mas eu tenho minha própria concepção e acho muito interessante.

Agradecemos sua colaboração na nossa pesquisa!



Universidade Estadual da Paraíba
Centro de Humanidades – Campus Guarabira
Departamento de Educação
Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiras e Indígenas
Curso de Especialização em Educação Étnico-racial na Educação Infantil
Discente: Maria Jeane de França Silva
Orientador: Waldeci Ferreira Chagas

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Cara Professora, Gestora e Coordenadora Escolar, como requisito para conclusão do Curso de Especialização em Educação Étnico-racial na Educação Infantil da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, estamos aplicando este questionário com a equipe docente da Creche. Dessa forma, agradecemos vossa participação e colaboração. Por ética, seu nome não será divulgado na pesquisa, usaremos nomes fictícios.

Professora da Turma/turno: 03 anos - Manhã

Em cada questão a seguir marque apenas uma opção de resposta:

1. Sobre a sua participação em curso ou formação continuada quanto ao tema História e Cultura Afro-Brasileira Lei 10.639/2003:
 Nunca participou e não tem conhecimento do assunto
 Nunca participou, porém, tem conhecimento da Lei
 Participou de momentos pontuais no planejamento escolar

2. Sobre sua Formação acadêmica, você considera:
 O currículo acadêmico não contemplou o tema História e Cultura Afro-Brasileira Lei 10.639/2003

(x) O currículo acadêmico contemplou o tema História e Cultura Afro-Brasileira Lei 10.639/2003, mas, o currículo da Creche não faz referência ao assunto

() O currículo acadêmico contemplou o tema História e Cultura Afro-Brasileira Lei 10.639/2003, porém, você não considera relevante para a Educação Infantil

3. Sobre sua formação pessoal e religiosa:

(x) Você se considera cristão praticante

() Você não se considera cristão praticante

() Você não é de religião cristã

4. Ainda sobre sua formação pessoal e religiosa:

() Influenciam no seu convívio com outras religiões

() Influenciam na sua aceitação e respeito para com as religiões afro-brasileiras, como: candomblé, umbanda, etc.

(x) Influenciam no modo como você lida com as religiões afro-brasileiras na sua prática docente

5. Planejamento de ensino na área do Ensino Religioso na Educação Infantil:

(x) O currículo não contempla a disciplina, porém, na rotina diária você trabalha com momentos de orações e cantigas religiosas

() O currículo contempla a disciplina, porém, você não considera importante para essa modalidade de ensino

() O currículo contempla a disciplina, porém, você sente dificuldade em trabalhar com o assunto

6. Conhecimento sobre as práticas religiosas dos alunos e suas famílias:

(x) Você conhece e trabalha com a diversidade religiosa com sua turma

() Você não conhece e nem se interessa, pois, considera assunto pessoal e delicado

() Você não julga importante esse assunto

7. Conhecimento e trabalho pedagógico sobre as religiões afro-brasileiras na Educação Infantil:

() Não tem conhecimento sobre tais religiões

(x) Tem conhecimento, porém, acha polêmico e evita tocar no assunto

() Tem conhecimento, porém, sua formação pessoal não permite "induzir" as crianças ao "mal caminho"

8. Defina, com suas palavras, sua concepção pessoal sobre religiões afro-brasileiras: (não ultrapassar 3 linhas)

Deveria ser um assunto comum como todos as outras religiões (católica e protestante) mas infelizmente o preconceito é muito grande, não só por ser uma religião de negros escravos, como a falta de profundidade, conhecimento e interesse pela mesma.

9. Cite a sua Formação Acadêmica:

História, Filosofia e o Logus II

10. Qual a sua religião e que concepção ela tem sobre religiões afro-brasileiras (candomblé, umbanda, jurema) ?

Eu sou Espírita, mas sou apaixonada pela umbanda e a jurema. O que eu penso é bem diferente que a FEB, pensa.

O respeito, apesar de serem relativamente parecidas, em relação as manifestações dos espíritos, existe uma distinção entre as suas práticas.

Agradecemos sua colaboração na nossa pesquisa!



Universidade Estadual da Paraíba
Centro de Humanidades – Campus Guarabira
Departamento de Educação
Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiras e Indígenas
Curso de Especialização em Educação Étnico-racial na Educação Infantil
Discente: Maria Jeane de França Silva Orientador:
Waldeci Ferreira Chagas

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Cara Professora, Gestora e Coordenadora Escolar, como requisito para conclusão do Curso de Especialização em Educação Étnico-racial na Educação Infantil da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, estamos aplicando este questionário com a equipe docente da Creche. Dessa forma, agradecemos vossa participação e colaboração. Por ética, seu nome não será divulgado na pesquisa, usaremos nomes fictícios.

Professora da Turma/turno: Pré II

Em cada questão a seguir marque apenas uma opção de resposta:

1. Sobre a sua participação em curso ou formação continuada quanto ao tema História e Cultura Afro-Brasileira Lei 10.639/2003:
 Nunca participou e não tem conhecimento do assunto
 Nunca participou, porém, tem conhecimento da Lei
 Participou de momentos pontuais no planejamento escolar

2. Sobre sua Formação acadêmica, você considera:
 O currículo acadêmico não contemplou o tema História e Cultura Afro-Brasileira Lei 10.639/2003

O currículo acadêmico contemplou o tema História e Cultura AfroBrasileira Lei 10.639/2003, mas, o currículo da Creche não faz referência ao assunto

O currículo acadêmico contemplou o tema História e Cultura AfroBrasileira Lei 10.639/2003, porém, você não considera relevante para a Educação Infantil

3. Sobre sua formação pessoal e religiosa:

Você se considera cristão praticante

Você não se considera cristão praticante

Você não é de religião cristã

4. Ainda sobre sua formação pessoal e religiosa:

Influenciam no seu convívio com outras religiões

Influenciam na sua aceitação e respeito para com as religiões afrobrasileiras, como: candomblé, umbanda, etc.

Influenciam no modo como você lida com as religiões afro-brasileiras na sua prática docente

5. Planejamento de ensino na área do Ensino Religioso na Educação Infantil:

O currículo não contempla a disciplina, porém, na rotina diária você trabalha com momentos de orações e cantigas religiosas

O currículo contempla a disciplina, porém, você não considera importante para essa modalidade de ensino

O currículo contempla a disciplina, porém, você sente dificuldade em trabalhar com o assunto

6. Conhecimento sobre as práticas religiosas dos alunos e suas famílias:

Você conhece e trabalha com a diversidade religiosa com sua turma

Você não conhece e nem se interessa, pois, considera assunto pessoal e delicado

Você não julga importante esse assunto

7. Conhecimento e trabalho pedagógico sobre as religiões afro-brasileiras na Educação Infantil:

(X) Não tem conhecimento sobre tais religiões

() Tem conhecimento, porém, acha polêmico e evita tocar no assunto

() Tem conhecimento, porém, sua formação pessoal não permite
"induzir" as crianças ao "mal caminho"

8. Defina, com suas palavras, sua concepção pessoal sobre religiões afrobrasileiras: (não ultrapassar 3 linhas)

As religiões afrobrasileiras fazem parte e enriquecem a cultura do nosso país, no entanto, devido a limitações pré determinadas desde o período de escravidão, essas religiões são subjugadas como inferiores.

9. Cite a sua Formação Acadêmica:

Letras

10. Qual a sua religião e que concepção ela tem sobre religiões afrobrasileiras (candomblé, umbanda, jurema)?

Creio no Evangelho, porém não sigo religião nenhuma. Procuro seguir os ensinamentos de Jesus, onde Ele nos ensinou que devemos amar ao próximo sem distinções.

Agradecemos sua colaboração na nossa pesquisa!



Universidade Estadual da Paraíba

Centro de Humanidades – Campus Guarabira

Departamento de Educação

**Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiras e Indígenas Curso de
Especialização em Educação Étnico-racial na Educação Infantil**

Discente: Maria Jeane de França Silva

Orientador: Waldeci Ferreira Chagas

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Cara Professora, Gestora e Coordenadora Escolar, como requisito para conclusão do Curso de Especialização em Educação Étnico-racial na Educação Infantil da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, estamos aplicando este questionário com a equipe docente da Creche. Dessa forma, agradecemos vossa participação e colaboração. Por ética, seu nome não será divulgado na pesquisa, usaremos nomes fictícios.

Professora da Turma/turno: Turma: Tarde Alunos :2 e 3 anos

Em cada questão a seguir marque apenas uma opção de resposta:

1. Sobre a sua participação em curso ou formação continuada quanto ao tema História e Cultura Afro-Brasileira Lei 10.639/2003:
 Nunca participou e não tem conhecimento do assunto
 Nunca participou, porém, tem conhecimento da Lei
 Participou de momentos pontuais no planejamento escolar

2. Sobre sua Formação acadêmica, você considera:
 O currículo acadêmico não contemplou o tema História e Cultura Afro-Brasileira Lei 10.639/2003

O currículo acadêmico contemplou o tema História e Cultura Afro Brasileira Lei 10.639/2003, mas, o currículo da Creche não faz referência ao assunto

O currículo acadêmico contemplou o tema História e Cultura Afro Brasileira Lei 10.639/2003, porém, você não considera relevante para a Educação Infantil

3. Sobre sua formação pessoal e religiosa:

Você se considera cristão praticante

Você não se considera cristão praticante

Você não é de religião cristã

4. Ainda sobre sua formação pessoal e religiosa:

Influenciam no seu convívio com outras religiões

Influenciam na sua aceitação e respeito para com as religiões afro brasileiras, como: candomblé, umbanda, etc.

Influenciam no modo como você lida com as religiões afro-brasileiras na sua prática docente

5. Planejamento de ensino na área do Ensino Religioso na Educação Infantil:

O currículo não contempla a disciplina, porém, na rotina diária você trabalha com momentos de orações e cantigas religiosas

O currículo contempla a disciplina, porém, você não considera importante para essa modalidade de ensino

O currículo contempla a disciplina, porém, você sente dificuldade em trabalhar com o assunto

6. Conhecimento sobre as práticas religiosas dos alunos e suas famílias:

Você conhece e trabalha com a diversidade religiosa com sua turma

Você não conhece e nem se interessa, pois, considera assunto pessoal e delicado

Você não julga importante esse assunto

7. Conhecimento e trabalho pedagógico sobre as religiões afro-brasileiras na Educação Infantil:

Não tem conhecimento sobre tais religiões

(x) Tem conhecimento, porém, acha polêmico e evita tocar no assunto

() Tem conhecimento, porém, sua formação pessoal não permite
"induzir" as crianças ao "mal caminho"

8. Defina, com suas palavras, sua concepção pessoal sobre religiões afro brasileiras: (não ultrapassar 3 linhas)

Religião Afro brasileira é uma religião que surgiu com a chegada dos povos africanos aqui no Brasil, aliadas as crenças da igreja Católica trazidas pelos Portugueses

9. Cite a sua Formação Acadêmica:

Graduação em pedagogia, Especialização em Inclusão escolar

10. Qual a sua religião e que concepção ela tem sobre religiões afro brasileiras (candomblé, umbanda, jurema) ?

Sou Católica, infelizmente ainda há um certo preconceito por parte da Igreja Católica talvez por ignorância religiosa das pessoas em não conhecer melhor as religiões afro brasileira.

Agradecemos sua colaboração na nossa pesquisa!



Universidade Estadual da Paraíba
Centro de Humanidades – Campus Guarabira
Departamento de Educação
Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiras e Indígenas
Curso de Especialização em Educação Étnico-racial na Educação Infantil
Discente: Maria Jeane de França Silva
Orientador: Waldeci Ferreira Chagas

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Cara Professora, Gestora e Coordenadora Escolar, como requisito para conclusão do Curso de Especialização em Educação Étnico-racial na Educação Infantil da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, estamos aplicando este questionário com a equipe docente da Creche. Dessa forma, agradecemos vossa participação e colaboração. Por ética, seu nome não será divulgado na pesquisa, usaremos nomes fictícios.

Professora da Turma/turno: TURMA:(MENORES DE 03ANOS) Turno:Manhã

Em cada questão a seguir marque apenas uma opção de resposta:

1. Sobre a sua participação em curso ou formação continuada quanto ao tema História e Cultura Afro-Brasileira Lei 10.639/2003:
 Nunca participou e não tem conhecimento do assunto
 Nunca participou, porém, tem conhecimento da Lei
 Participou de momentos pontuais no planejamento escolar
2. Sobre sua Formação acadêmica, você considera:
 O currículo acadêmico não contemplou o tema História e Cultura Afro-Brasileira Lei 10.639/2003

(X) O currículo acadêmico contemplou o tema História e Cultura Afro-Brasileira Lei 10.639/2003, mas, o currículo da Creche não faz referência ao assunto

() O currículo acadêmico contemplou o tema História e Cultura Afro-Brasileira Lei 10.639/2003, porém, você não considera relevante para a Educação Infantil

3. Sobre sua formação pessoal e religiosa:

(X) Você se considera cristão praticante

() Você não se considera cristão praticante

() Você não é de religião cristã

4. Ainda sobre sua formação pessoal e religiosa:

() Influenciam no seu convívio com outras religiões

(X) Influenciam na sua aceitação e respeito para com as religiões afro-brasileiras, como: candomblé, umbanda, etc.

() Influenciam no modo como você lida com as religiões afro-brasileiras na sua prática docente

5. Planejamento de ensino na área do Ensino Religioso na Educação Infantil:

(X) O currículo não contempla a disciplina, porém, na rotina diária você trabalha com momentos de orações e cantigas religiosas

() O currículo contempla a disciplina, porém, você não considera importante para essa modalidade de ensino

() O currículo contempla a disciplina, porém, você sente dificuldade em trabalhar com o assunto

6. Conhecimento sobre as práticas religiosas dos alunos e suas famílias:

(X) Você conhece e trabalha com a diversidade religiosa com sua turma

() Você não conhece e nem se interessa, pois, considera assunto pessoal e delicado

() Você não julga importante esse assunto

7. Conhecimento e trabalho pedagógico sobre as religiões afro-brasileiras na Educação Infantil:

() Não tem conhecimento sobre tais religiões

(x) Tem conhecimento, porém, acha polêmico e evita tocar no assunto

() Tem conhecimento, porém, sua formação pessoal não permite "induzir" as crianças ao "mal caminho"

OBS: Deve ser introduzido desde cedo, não vejo polêmica alguma em tratar o tema.

8. Defina, com suas palavras, sua concepção pessoal sobre religiões afro-brasileiras: (não ultrapassar 3 linhas)

É uma religião que muito contribuiu na formação cultural de nosso povo, porém até então muito discriminada, visto que, muitos não entendem nem tem conhecimento sobre o tema.

9. Cite a sua Formação Acadêmica:

Especialista em Educação Infantil,

10. Qual a sua religião e que concepção ela tem sobre religiões afro-brasileiras (candomblé, umbanda, jurema) ?

Católica- religião que tem uma concepção que as religiões citadas em questão acabam fazendo uma fusão de vários elementos culturais, onde muitas vezes acabam identificando seus deuses como santos da religião católica, sendo esta uma visão errada no catolicismo.

Agradecemos sua colaboração na nossa pesquisa!



Universidade Estadual da Paraíba
Centro de Humanidades – Campus Guarabira
Departamento de Educação
Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiras e Indígenas
Curso de Especialização em Educação Étnico-racial na Educação Infantil
Discente: Maria Jeane de França Silva
Orientador: Waldeci Ferreira Chagas

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Cara Professora, Gestora e Coordenadora Escolar, como requisito para conclusão do Curso de Especialização em Educação Étnico-racial na Educação Infantil da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, estamos aplicando este questionário com a equipe docente da Creche. Dessa forma, agradecemos vossa participação e colaboração. Por ética, seu nome não será divulgado na pesquisa, usaremos nomes fictícios.

Professora da Turma/turno: MARIA DE FÁTIMA DA SILVA

Em cada questão a seguir marque apenas uma opção de resposta:

1. Sobre a sua participação em curso ou formação continuada quanto ao tema História e Cultura Afro-Brasileira Lei 10.639/2003:
 Nunca participou e não tem conhecimento do assunto
 Nunca participou, porém, tem conhecimento da Lei
 Participou de momentos pontuais no planejamento escolar
2. Sobre sua Formação acadêmica, você considera:
 O currículo acadêmico não contemplou o tema História e Cultura Afro-Brasileira Lei 10.639/2003

) O currículo acadêmico contemplou o tema História e Cultura Afro-Brasileira Lei 10.639/2003, mas, o currículo da Creche não faz referência ao assunto

) O currículo acadêmico contemplou o tema História e Cultura Afro-Brasileira Lei 10.639/2003, porém, você não considera relevante para a Educação Infantil

3. Sobre sua formação pessoal e religiosa:

) Você se considera cristão praticante

) Você não se considera cristão praticante

) Você não é de religião cristã

4. Ainda sobre sua formação pessoal e religiosa:

) Influenciam no seu convívio com outras religiões

) Influenciam na sua aceitação e respeito para com as religiões afro-brasileiras, como: candomblé, umbanda, etc.

) Influenciam no modo como você lida com as religiões afro-brasileiras na sua prática docente

5. Planejamento de ensino na área do Ensino Religioso na Educação Infantil:

) O currículo não contempla a disciplina, porém, na rotina diária você trabalha com momentos de orações e cantigas religiosas

) O currículo contempla a disciplina, porém, você não considera importante para essa modalidade de ensino

) O currículo contempla a disciplina, porém, você sente dificuldade em trabalhar com o assunto

6. Conhecimento sobre as práticas religiosas dos alunos e suas famílias:

) Você conhece e trabalha com a diversidade religiosa com sua turma

) Você não conhece e nem se interessa, pois, considera assunto pessoal e delicado

) Você não julga importante esse assunto

7. Conhecimento e trabalho pedagógico sobre as religiões afro-brasileiras na Educação Infantil:

() Não tem conhecimento sobre tais religiões

(X) Tem conhecimento, porém, acha polêmico e evita tocar no assunto

() Tem conhecimento, porém, sua formação pessoal não permite "induzir" as crianças ao "mal caminho"

OBS: TENHO CONHECIMENTO
PORÉM OS ALUNOS SÃO
SÃO MUITO PEQUENOS
PARA ENTENDER.

8. Defina, com suas palavras, sua concepção pessoal sobre religiões afro-brasileiras: (não ultrapassar 3 linhas)

AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS SÃO TRADIÇÕES DEIXADA PELO
ANCESTRAIS, COMO O CANDOMBLÉ E OUTRAS.

9. Cite a sua Formação Acadêmica:

SOU FORMADA EM PEDAGOGIA, COM ESPECIALIZAÇÃO EM ORIENTAÇÃO
E SUPERVISÃO, PSICOPEDAGOGIA E ATUALMENTE CURSO LETRAS.

10. Qual a sua religião e que concepção ela tem sobre religiões afro-brasileiras (candomblé, umbanda, jurema) ?

SOU EVANGÉLICA A MINHA RELIGIÃO NÃO É DE ACORDO COM AS DEMAIS
PORÉM EU COMO EDUCADORA DEVO SEPARAR AS COISAS. COMO SE DIZ
NÃO TENHO NADA CONTRA AS DEMAIS RELIGIÕES.

Agradecemos sua colaboração na nossa pesquisa!